

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA E  
DESENVOLVIMENTO**

**Guilherme Nunes Pires**

**ONTOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO A PARTIR  
DE MARX**

Santa Maria, RS,  
2018

**Guilherme Nunes Pires**

**ONTOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE MARX**

Dissertação apresentada ao curso do Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFSM) como requisito para obtenção de título de mestre em **Economia e Desenvolvimento**.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Oliveira Veloso

Santa Maria, RS,  
2018

Pires, Guilherme Nunes

Ontologia e Desenvolvimento Desigual: considerações sobre o desenvolvimento a partir de Marx / Guilherme Nunes Pires.- 2018.

107 p.; 30 cm

Orientador: Gilverto de Oliveira Veloso

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento, RS, 2018

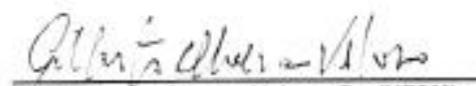
1. Marx 2. Ontologia do ser social 3. Desenvolvimento Desigual I. Veloso, Gilverto de Oliveira II. Título.

Guilherme Nunes Pires

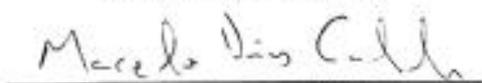
**ONTOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: CONSIDERAÇÕES  
SOBRE O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE MARX**

Dissertação apresentada ao curso do Programa de Pós-graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE&D/UFSM) como requisito para obtenção de título de mestre em Economia e Desenvolvimento.

Aprovado em 23 de fevereiro de 2018:

  
\_\_\_\_\_  
Gilberto de Oliveira Veloso, Dr. (UFSM)  
(Presidente/Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Sergio Prieb, Dr. (UFSM)

  
\_\_\_\_\_  
Marcelo D. Carcanholo, Dr. (UFF) - Parecer

Santa Maria, RS,  
2018

*O reino da liberdade só começa, de fato, onde cessa o trabalho determinado pela necessidade (...). Assim como o selvagem tem de lutar com a Natureza para satisfazer suas necessidades, para manter e reproduzir sua vida, assim também o civilizado tem de fazê-lo, e tem de fazê-lo em todas as formas de sociedade e sob todos os modos de produção possíveis. (...) Nesse terreno, a liberdade só pode consistir em que o homem social, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a Natureza, (...) em vez de serem dominados por ele como se fora por uma força cega; que o façam com o mínimo emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas a sua natureza humana (...). Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer sobre aquele reino da necessidade como sua base. A redução da jornada de trabalho é a condição fundamental.*

*(Karl Marx, O Capital – Livro III)*

## RESUMO

### ONTOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE MARX

AUTOR: Guilherme Nunes Pires

ORIENTADOR: Prof. Dr. Gilberto de Oliveira Veloso

O objetivo da presente dissertação é compreender o fenômeno do desenvolvimento desigual, teoricamente, seja no que diz respeito aos complexos da vida social como também no desenvolvimento econômico geral capitalista, a partir da ontologia subjacente a obra de Marx. Para isso, é resgatada uma teoria de Marx para o desenvolvimento no âmbito do ser social, a partir de sua ontologia. Em primeiro lugar, são expostos as diferentes interpretações sobre a obra de Marx e o desenvolvimento. A primeira compreende uma teleologia na história defendida por Marx e a tendência ao nivelamento do desenvolvimento capitalista. A segunda interpretação atribui ao autor uma mudança de paradigma em seu pensamento a partir de 1850, dando lugar a uma posição multilinear do desenvolvimento. Percebe-se que essas interpretações possuem limitações se contrapostas com a obra do autor. Compreende-se a oposição por parte de Marx de qualquer visão de desenvolvimento referente a uma teleologia na história de tipo determinista já nos escritos da década de 1840. Por outro lado, para cumprir com o objetivo é resgatado à elaboração de uma teoria do desenvolvimento, a partir de sua ontologia do ser social, cuja premissa refere-se ao aumento no grau de complexidade das relações sociais. Compreendendo-se a sociedade como a interação de diversos complexos sociais que interagem de modo complexo, todo desenvolvimento tem como característica imanente a desigualdade do desenvolvimento. No que diz respeito ao desenvolvimento próprio do modo de produção capitalista, o desenvolvimento dessa formação social também se apresenta como desigual. Percebe-se que as relações entre os capitais mais desenvolvidos e menos desenvolvidos no mercado mundial tem na transferência de mais-valor a chave para uma relação econômica desigual e de dominação internacional entre os países.

**Palavras-chave:** Marx. Ontologia. Desenvolvimento Desigual. Dominação Internacional.

## **ABSTRACT**

### **ONTOLOGY AND UNEQUAL DEVELOPMENT: CONSIDERATIONS ABOUT DEVELOPMENT FROM MARX**

**AUTHOR:** Guilherme Nunes Pires

**ADVISOR:** Prof. Dr. Gilberto de Oliveira Veloso

The aim of the present dissertation is to understand the unequal development phenomenon, both about the complexes of social life and in capitalist general economic development from Marx's work. For this, is rescued Marx's theory of the development of social being, from his ontology. First, the different interpretations about Marx's social theory and development are exposed. The first comprises teleology in history defended by Marx and the tendency to equalize capitalist development. The second interpretation attributes to the author a paradigm shift in his thinking in the late 1850's, giving way to a multilinear position of development. It is perceived that these interpretations have limitations if contrasted with the work of the author. We can see Marx's rejection of any teleological developmental in deterministic way in written in the 1840's. On the other hand, to fulfill the purpose, is rescued the elaboration of a theory of development through his ontology of social being, whose key refers to the increase in the degree of complexity of social relations. By understanding society as the interaction of several social complexes that interact in a complex way, all development has as its immanent characteristic the inequality of development. With regard to the proper development of the capitalist mode of production, the development of this social formation also appears as unequal. It is perceived that the relations between more developed and less developed capitals in the world market have in the transference of surplus-value the key to an unequal economic relationship and international domination among countries.

**Key-words:** Marx. Ontology. Unequal Development. International Domination.

## Sumário

|   |            |
|---|------------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>   | <b>9</b>   |
| <b>2 AS TESES SOBRE MARX E O DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES .....</b>                                 | <b>16</b>  |
| 2.1 A TESE DA UNILINEARIDADE NA HISTÓRIA E NIVELAMENTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA .....                       | 18         |
| 2.2 A POSSIBILIDADE DE UMA “VIA RUSSA” PARA O SOCIALISMO .....  | 23         |
| 2.3 A TESE DA MUDANÇA DE PARADIGMA E O DESENVOLVIMENTO EM MARX.....   | 29         |
| 2.4 SOBRE A TEORIA DA HISTÓRIA EM MARX .....  | 34         |
| <b>3 MARX E A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: HISTORICIDADE E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....</b>                          | <b>43</b>  |
| 3.1 PRINCÍPIOS ONTOLÓGICOS DO SER SOCIAL EM MARX .....  | 44         |
| 3.2 HISTORICIDADE, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL.....  | 49         |
| 3.3 AS LEIS TENDENCIAIS E ANÁLISE <i>POST FESTUM</i> EM MARX.....   | 59         |
| 3.4 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUAS LEIS GERAIS .....   | 63         |
| <b>4 A DESIGUALDADE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR E DOMINAÇÃO INTERNACIONAL....</b> | <b>68</b>  |
| 4.1 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E SEU MÉTODO .....   | 69         |
| 4.2 VALOR, DINHEIRO E CAPITAL .....   | 74         |
| 4.3 A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA .....   | 83         |
| 4.4 TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR E DOMINAÇÃO INTERNACIONAL .....   | 88         |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>98</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>103</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Seria mais do que anacrônico pensar que Marx, no que diz respeito à noção de desenvolvimento, pensasse o tema como a passagem de um estado de privação material para um estado material superior que todo país poderia percorrer se aplicadas determinadas políticas econômicas como o faz a teoria econômica contemporânea<sup>1</sup> ou “como diríamos hoy en América Latina, una posición claramente “desarrollista”” (DUSSEL, 1990, p. 244).

Marx não tem como objetivo compreender o desenvolvimento como sinônimo de aumento do PIB<sup>3</sup>, aumento da renda, um maior grau de industrialização das nações. O objetivo em *O Capital* tinha como “finalidade última (...) desvelar a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (MARX, 2013, p. 115). Isto é, como as leis gerais da sociedade capitalista se manifestam na realidade. Ou ainda, como as tendências mais gerais desse modo de produção se manifestam de modo contraditório e desigual ao longo do tempo.

Para compreender o desenvolvimento da sociedade burguesa, Marx necessariamente lançou as bases, ao entrar em confronto com as concepções de mundo antecedentes, dos aspectos mais gerais dessa forma de ser que é o ser social. Como apontado por Lukács (2012, p. 25), dessa forma, nenhum outro grande pensador “se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia<sup>4</sup> do ser social”.

Como indicado por Marx (2011) na *Introdução de 1857*, o desenvolvimento dos complexos que constituem a vida social se apresenta de forma desigual. “Na arte, é sabido que determinadas épocas de florescimento não guardam nenhuma relação com o desenvolvimento geral da sociedade”,

---

<sup>1</sup> Dirige-se à *Economia do Desenvolvimento*. Para uma crítica marxista, ver Bonente (2011).

<sup>2</sup> Adverte-se ao leitor que as citações desse trabalho podem, muitas vezes, conter erros linguísticos. Tais citações foram literalmente transcritas e muitas delas correspondem a obras editadas há mais de três décadas. Dessa forma, os “erros” das citações das diferentes línguas utilizadas são fruto da sua própria evolução ao longo do tempo e/ou das edições das obras.

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto, indicador que representa a soma dos bens e serviços produzidos em determinado espaço geográfico.

<sup>4</sup> O termo ontologia refere-se “ao conjunto de considerações gerais sobre a realidade, sobre o ser, sobre o que existe em si, uma visão geral de mundo enfim, que constitui o pano de fundo para a interpretação dos diferentes momentos da existência natural e/ou social” (BONENTE, 2011, p. 6). Bhaskar (1979) em *The possibility of naturalism* percorre um trajeto similar na construção de uma ontologia do ser social em Marx, entretanto, seus escritos posteriores vão em direção oposta às concepções teóricas de Marx.

diz Marx (2011, p. 90), “portanto, com o da base material, que é, por assim dizer, a ossatura de sua organização”.

Por outro lado, a teoria social de Marx possui interpretações que vão em direção oposta ao fenômeno do desenvolvimento desigual. A título de exemplo, Larrain (1991, p. 230) expõe a existência de uma unilinearidade do desenvolvimento social em direção ao socialismo. Isto é, para Marx, isso seria “a necessary and natural process, regulated by universal laws, which imposes itself on human beings and which inexorably leads to a known end”. Destarte, o desenvolvimento capitalista tenderia a se nivelar nos países, em decorrência da manifestação das “leis” que regem esse modo de produção.

Nesses termos, busca-se responder à questão da possibilidade de compreender, a partir da ontologia inerente a obra de Marx, que o desenvolvimento se apresenta como desigual no que concerne aos complexos da vida social como no desenvolvimento econômico geral.

A pesquisa que resultou na presente dissertação tem como objetivo geral, portanto, compreender o fenômeno do desenvolvimento desigual, teoricamente, seja no que diz respeito aos complexos da vida social como também no desenvolvimento econômico geral, a partir da obra de Marx. Para isso, é resgatada uma teoria do desenvolvimento do ser social. Mais especificamente, a fim de melhor ordenamento dedica-se a essa problemática em dois níveis de abstração. No nível de abstração mais elevado, isto é, da sociedade em geral e no nível de abstração da sociedade especificamente capitalista<sup>5</sup>.

A pesquisa tem por objetivo específico expor as diferentes interpretações sobre o pensamento de Marx e o conceito de desenvolvimento, bem como apontar suas limitações; defender um entendimento sobre o conceito de desenvolvimento, bem como seu caráter desigual, a partir da ontologia de Marx; e, apontar a desigualdade do desenvolvimento no âmbito das relações econômicas no capitalismo a partir dos conceitos e categorias fundamentais encontradas nas obras *Grundrisse* e *O Capital* de Marx.

As hipóteses defendidas dizem respeito, em primeiro lugar, que uma posição teleológica, determinista, do desenvolvimento é incompatível com a

---

<sup>5</sup> Essa divisão pode ser encontrada em Palma (1978), seguida por Bonente (2011), De Paula (2014) e Miranda (2016).

obra de Marx. Em segundo lugar, a partir da ontologia subjacente a sua obra, é possível estabelecer uma teoria do desenvolvimento do ser social, cuja característica é a desigualdade do desenvolvimento. Por fim, o desenvolvimento econômico capitalista se apresenta como desigual entre os capitais dos diferentes países, e como relação de dominação no contexto internacional.

Por conseguinte, em primeiro lugar se faz necessário um resgate crítico das diversas posições a respeito da teoria social de Marx e seu entendimento sobre o conceito de desenvolvimento. Por outro lado, é fundamental estabelecer uma perspectiva do conceito de desenvolvimento para o objetivo do trabalho que permita a compreensão do desenvolvimento desigual.

Não obstante, dado que o objeto de estudo de Marx tenha sido a sociedade burguesa, é fundamental delinear sobre o processo de desenvolvimento específico dessa formação social. Isto é, como as leis gerais que regem essa sociedade se apresentam de modo desigual e contraditório no âmbito das relações econômicas entre as nações no mercado mundial.

Pretende-se alcançar os objetivos através de três capítulos. O primeiro capítulo da dissertação faz um resgate crítico das diferentes interpretações a respeito da teoria social de Marx e o conceito de desenvolvimento, apontando suas limitações. No nível de abstração da sociedade em geral, a primeira interpretação elencada compreende que há uma teleologia na história e desenvolvimento para Marx diz respeito à passagem inexorável dos diferentes modos de produção em direção a um fim de antemão previsto, o socialismo. Isto é, há uma unilinearidade das formações sociais em direção a um fim determinado. De acordo com Vujacic (1988, p. 473), “the interpretation according to which society develops from a primitive state to socialism and communism by dint of historical inevitability is well known”.

No que concerne ao desenvolvimento especificamente capitalista, desenvolvimento significa ao aumento das relações capitalista e a tendência homogênea da expansão capitalista, nivelando os níveis de desenvolvimento mundo afora (BREWER, 1990). Como expõe Palma (1978, p. 885), a tendência ao desenvolvimento capitalista de forma homogênea ocorre através da compreensão de que as leis que regem o capitalismo se manifestariam independente das características dos países: “As a result of this process a

series of new capitalist societies would arise, whose development would be similar”.

Para apontar os limites dessa interpretação, busca-se amparo na própria obra de Marx, sua teoria da história, e, especificamente, a desautorização do próprio autor a essa visão em decorrência do contato com os revolucionários russos no início da década de 1870 e a possibilidade de uma “via russa” para o socialismo (MARX, 1983).

Percebe-se que uma segunda interpretação da obra de Marx ganha espaço em diferentes autores. Nela, o pensamento de Marx estaria amparado por uma posição de tipo teleológica, unilinear do desenvolvimento, em sua fase inicial, mas que o autor alemão teria rompido com essa visão em sua maturidade. Mais precisamente, a partir de meados da década de 1850, Marx rejeitaria uma posição unilinear rumo a uma posição multilinear do desenvolvimento. Para Dussel (1990, p. 245), “el origen del “viraje” fundamental en la visión de Marx (...) se debió a [lo encuentro] de algunos jóvenes rusos revolucionarios” e a possibilidade da “via russa” para o socialismo. Shanin (1983, pp. 6) argumenta em favor de vários fatores como a Comuna de Paris, maiores descobertas sobre a pré-história, etc., mas “Russia and the Russians offered to Marx a potent combination of all”. Para Kohan (2003, p. 236, adendo acrescido), “el artículo sobre Bolívar (enero de 1858) [que] constituye probablemente la última prolongación del paradigma” no pensamento de Marx.

Aponta-se que essa perspectiva também possui limites se contraposta com os textos de elaboração de uma teoria da história de Marx como *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia* já em meados da década de 1840. Nesses escritos, Marx já rejeitaria toda e qualquer forma de determinismo teleológico polemizando com a teoria da história de matriz hegeliana, mais precisamente, polemizando com os jovens hegelianos, e com Proudhon.

No segundo capítulo da dissertação, atenta-se a obra do marxista húngaro György Lukács (1979) para compreender a noção desenvolvimento e seu caráter desigual a partir da perspectiva ontológica da obra de Marx. Nesse ponto de vista, o conjunto da obra de Marx introduz os aspectos mais gerais de uma ontologia do ser social que compreenda a desigualdade do desenvolvimento.

No nível de abstração da sociedade em geral, desenvolvimento significa o aumento no grau de complexidade das relações sociais. Isto é, o recuo das categorias predominantemente biológicas na dinâmica da vida social em direção às formas puramente sociais. De acordo com Lukács (1979, p. 53, adendo acrescido), “[o] ser social (...) tem um desenvolvimento no qual [as] categorias naturais (...) recuam de modo cada vez mais nítido, deixando o lugar de destaque para categorias que não têm na natureza sequer um correspondente analógico”. Isto é, “o constante crescimento, quantitativo e qualitativo, das componentes pura ou predominantemente sociais, aquilo que Marx costumava chamar de "recuo dos limites naturais”” (Ibidem, pp. 19-20). Conjuntamente, segue-se o aumento das forças produtivas do trabalho e o aumento no grau da consciência para com o gênero humano.

Compreendendo que as relações sociais são formadas pela interação de diversos complexos sociais que interagem de modo complexo é imprescindível compreender que todo desenvolvimento se apresenta de forma desigual, tal como Marx expõe na *Introdução de 1857*. Isto é, nos dois níveis de abstração esse fenômeno é recorrente.

No terceiro capítulo busca-se apreender a forma desigual com que o desenvolvimento capitalista se apresenta. No plano da formação social especificamente capitalista, desenvolvimento diz respeito ao aumento da inserção da lógica do capital na dinâmica social e a operação de suas leis gerais de funcionamento. Ou seja, “a noção de *desenvolvimento* significa o desenrolar contraditório, dialético, das leis de tendência (...), das leis gerais, do modo de produção capitalista” (CARCANHOLO, 2013, p. 193, grifo no original).

A forma usual como é compreendida a desigualdade do desenvolvimento, no âmbito das relações capitalistas, tem por base os trabalhos de Lenin e Trotsky, mais precisamente, a concepção de *desenvolvimento desigual e combinado*. Nela, o termo refere-se ao processo com que alguns países se inserem tardiamente na transição para o modo de produção capitalista, combinando relações de produção modernas juntamente com atrasadas na sua dinâmica (LÖWY, 1998).

Embora uma vasta literatura com influência marxista tenha surgido para compreender o desenvolvimento desigual em termos capitalistas, o presente

trabalho não tem como objetivo desenvolver tais interpretações<sup>6</sup>. Como argumenta Bonente (2011, p. 22):

[e]m primeiro lugar, essas teorias utilizam uma concepção de desenvolvimento (como crescimento da riqueza, capacidade produtiva, condições de vida da classe trabalhadora etc.) que em muito difere daquela utilizada por Marx e Lukács (reconhecimento objetivo da dinâmica de funcionamento da sociedade). Em segundo lugar, ainda que seja possível demonstrar que o desenvolvimento desigual entre países é efetivamente um caso de desenvolvimento desigual (no sentido empregado por Marx e Lukács), esse seria ainda apenas um caso possível de apresentação do problema. Ou seja, tomar essa acepção como a definição de desenvolvimento desigual seria tomar uma instância específica como o caso geral.

Para compreender o fenômeno do desenvolvimento desigual no âmbito das relações capitalistas, teoricamente, é necessário visualizar como isso ocorre na dinâmica da concorrência internacional dos capitais de diferentes países. Para isso, são resgatados os conceitos e categorias essenciais das obras de Marx, a saber, os *Grundrisse* e *O Capital*, bem como as interpretações de Dussel (1988) e Marini (2008). Mesmo que Marx tenha analisado o movimento da sociedade capitalista em sua maior complexidade na Inglaterra, fornece as tendências mais gerais dessa formação social.

Ademais, depara-se com a necessidade de compreender como Marx entendia, no plano histórico-social, as “leis científicas”, conjuntamente, com seu método da crítica da economia política e as categorias elementares da sociedade burguesa, o valor e capital. Percebe-se que a relação econômica desigual no capitalismo se apresenta como uma relação de dominação internacional entre os países com capitais mais desenvolvidos e menos desenvolvidos.

Os países com capitais mais desenvolvidos, com composição orgânica mais elevada, tendem a se apropriar do mais-valor produzido no país com capital menos desenvolvido. Isso ocorre porque o capital do país favorecido recebe mais trabalho em decorrência das suas facilidades produtivas. Ou seja, vende sua mercadoria acima do valor mesmo que com um preço menor que o país concorrente. Ao vender a mercadoria abaixo do seu valor, dada à tendência a formação de uma taxa de lucro média, o capital menos

---

<sup>6</sup> Para uma exposição crítica, ver capítulo 15 de Dussel (1988).

desenvolvido transfere mais-valor para o centro capitalista. Uma consequência do desenvolvimento econômico desigual capitalista e importante contribuição de Marini (2008), analisando os países latino-americanos, diz respeito que o país com capital menos desenvolvido, que se insere de forma subalterna no mercado mundial, é compensado através do aumento da exploração da força de trabalho, isto é, uma superexploração da força de trabalho que remunera a força de trabalho abaixo do seu valor.

Portanto, a presente dissertação está dividida em três capítulos, fora a introdução e as considerações finais. No primeiro capítulo são apresentados as teses sobre a teoria de Marx e o conceito de desenvolvimento, apontando suas limitações. O segundo capítulo trata do desenvolvimento a partir da ontologia subjacente a obra de Marx e o fenômeno do desenvolvimento desigual. Por fim, o terceiro capítulo busca tratar da desigualdade do desenvolvimento econômico geral no modo de produção capitalista.

## **2 AS TESES SOBRE MARX E O DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS E LIMITAÇÕES**

O pensamento de Marx, vide sua teoria social, se analisada de forma fragmentada, pode ser compreendida por abarcar teses das quais seriam incompatíveis em um exame mais atento de sua obra. Nesse sentido, o objetivo central desse capítulo é expor as diferentes teses sobre o pensamento de Marx e seu entendimento a respeito do desenvolvimento. Mais especificamente, serão trabalhados os dois níveis de abstração. A saber, a perspectiva do desenvolvimento em um nível de abstração maior, da sociedade em geral, e em nível de abstração da sociedade regida pelo capital.

A primeira tese que será tratada compreende que, no nível de abstração geral, desenvolvimento significa a passagem por diversos modos de produção e suas relações internas em direção ao progresso, com um fim de antemão previsto: o socialismo (comunismo). Ou seja, o esquema se apresenta da seguinte forma: modo de produção primitivo -> escravista -> feudal -> capitalista -> socialismo.

Nessa atribuição, portanto, há uma teleologia na história. Tal concepção histórico-filosófica unilinear da humanidade teria como base os textos de Marx sobre o colonialismo, mais especificamente, a dominação inglesa na Índia. Nesse quesito, a entrada forçada da Índia no modo de produção capitalista com a invasão britânica teria como condição um impulso inconsciente da história em levar o progresso ao povo indiano.

Para apontar as limitações dessa tese logo após sua exposição, procurou-se demonstrar que, diferentemente da tese da unilinearidade na história, quando Marx entra em contato com os revolucionários russos e a possibilidade de uma “via russa” não capitalista para o socialismo sua perspectiva é contrária a qualquer unilinearidade, teleologia, na história.

No nível de abstração da teoria do capital, compreende-se a tendência do surgimento de capitalismo de tipo industrial nas nações que adentram ao modo de produção capitalista. Isto é, o desenvolvimento capitalista tenderia a se nivelar entre as nações. Isso porque as “leis” que regem essa sociedade se manifestariam igualdade ao redor do mundo, dada a tendência inevitável do capital em se expandir a todas as nações, como indicado por Marx e Engels no

*Manifesto Comunista*. De toda forma, para expor os limites dessa tese busca-se argumentar que a análise da obra do autor permite compreender sua impossibilidade.

Por outro lado, uma segunda posição acerca do pensamento de Marx e o desenvolvimento tem lugar em diferentes autores. Alguns autores como Dussel (1990), Shanin (1983), Kohan (2003), Bianchi (2010), para citar alguns, compreendem que há uma mudança no pensamento de Marx, a partir da década de 1850. Anteriormente a esse período, haviam elementos de uma teleologia na história em Marx, mas em decorrência de múltiplos fatores na interpretação dos diferentes autores, como o contato com os revolucionários russos entre 1860-1870, as descobertas sobre a pré-história humana, etc., Marx teria abandonado uma concepção teleológica, unilinear, da humanidade, dando lugar a uma visão multilinear do desenvolvimento.

Aponta-se que a análise dos escritos de Marx dos anos 1840, mais precisamente, *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*, fornecem uma chave para compreender os limites da primeira e segunda tese que serão expostas. Já nesses escritos se apresenta a oposição de Marx a qualquer teleologia na história. Aponta-se também que essas concepções não fornecem uma conceituação adequada do conceito de desenvolvimento a partir da obra do autor alemão.

Dessa forma, o objetivo do capítulo é expor as teses sobre Marx e o desenvolvimento e apontar suas limitações. Para isso, no primeiro momento será exposta a tese da unilinearidade do desenvolvimento em Marx e a tendência do nivelamento do desenvolvimento propriamente capitalista. No segundo momento, é exposta a oposição de Marx a qualquer inevitabilidade histórica e a possibilidade de uma “via russa” não capitalista para o socialismo, através do contato com os revolucionários russos. Na terceira seção, será elencada a tese da mudança de paradigma no pensamento de Marx em direção a multilinearidade do desenvolvimento por diferentes autores. Por último, ocupa-se de apontar os limites das duas teses ao analisar a teoria da história em Marx em seus escritos de 1840.

## 2.1 A TESE DA UNILINEARIDADE NA HISTÓRIA E NIVELAMENTO DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

A partir do momento que se pretende compreender o fenômeno do desenvolvimento desigual a partir de Marx, é necessário expor e discutir as teses mais difundidas sobre sua teoria social e o conceito de desenvolvimento. A seção inicial do capítulo busca expor a tese segundo o qual o desenvolvimento social em Marx estaria amparado sobre uma teleologia da história (tese essa não só amparada em críticos<sup>7</sup> do autor alemão como também em vertentes dentro do marxismo), bem como a tendência ao surgimento de capitalismo industrial mundo afora.

No plano da história em geral, assevera-se a existência de uma visão teleológica na história. Bianchi (2010) entende que esse julgamento diz respeito à afirmação que a teoria social de Marx se debruçaria em uma teleologia da história, ou seja, a história seria compreendida por uma sucessão de modos de produção e suas relações internas que inexoravelmente rumaria a uma sociedade sem classes sociais.

Argumenta Bianchi (2010) que essa concepção histórico-filosófica unilinear da humanidade estaria em curso independentemente da vontade humana, onde todo desenvolvimento social estaria, em certa medida, pré-determinado. Dentro dessa perspectiva, estaria o progresso seguindo a passagem por determinados modos de produção e suas relações internas: do modo de produção primitivo, escravista, passando pelo feudalismo, posteriormente, o capitalismo, e inevitavelmente rumando a uma sociedade comunista.

Netto (2011, p. 15), seguindo na mesma direção, argumenta que a teoria de Marx “estaria comprometida por uma teleologia evolucionista- ou seja, para Marx, uma dinâmica qualquer (econômica, tecnológica etc.) dirigiria necessária e compulsoriamente a história para um fim de antemão previsto (o socialismo)”. Em poucas palavras, conforme Vujacic (1988, p. 473), “the interpretation according to which society develops from a primitive state to socialism and communism by dint of historical inevitability is well known”.

---

<sup>7</sup> Pode-se visualizar isso em Veblen (1952) e Bunge (2012), por exemplo.

As sociedades, no geral, são distintas umas das outras na medida em que estão inseridas nessa linha evolutiva, ou seja, os atrasos que caracterizam uma sociedade é atraso relativo na unilinearidade da história (VUJACIC, 1988, p. 471). Marx compreenderia o processo evolutivo da história “as a necessary and natural process, regulated by universal laws, which imposes itself on human beings and which inexorably leads to a known end” (LARRAIN, 1991, p. 230).

A respeito da concepção de desenvolvimento propriamente capitalista, Palma (1978, p. 885) expõe que se compreende a tendência do capital se expandir em forma homogênea: “As a result of this process a series of new capitalist societies would arise, whose development would be similar”. Nessa atribuição, as relações capitalistas funcionariam da mesma maneira, levando a equiparação, sob a lógica do capital, dos níveis de desenvolvimento em todas as partes do mundo. Se por ventura isso não se confirmasse, a explicação estaria amparada no papel negativo das relações dos distintos modos de produção pré-capitalistas em determinado país.

Para Brewer (1990), o desenvolvimento propriamente capitalista, então, corresponde aos avanços das relações capitalistas, do capital e seu nivelamento. Um maior nível de desenvolvimento de um país corresponde, dessa forma, ao grau com que esse país é capitalista, o grau de penetração das relações capitalista nessa sociedade, haja vista que o capitalismo seria uma etapa necessária na história humana. Por outro lado, o subdesenvolvimento de um país corresponde à insuficiência do avanço das relações capitalistas.

Mesmo com as análises de Marx para o caso irlandês e a possibilidade do não surgimento de uma economia de tipo industrial, Brewer (1990) informa que o tratamento com que Marx dá ao exemplo irlandês não diz respeito à afirmação do surgimento do subdesenvolvimento. O autor argumenta que a noção de Marx estaria amparada na contrariedade ao colonialismo britânico e não analisar a estrutura produtiva que decorreria desse processo. Para o autor, há a característica de nivelamento dos níveis de desenvolvimento. Ao retirar a ideia do subdesenvolvimento, restaria apenas aos países da periferia capitalista a destruição das relações pré-capitalistas ainda existentes a fim de nivelar os patamares de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, subdesenvolvimento e atraso podem ser tratados como sinônimos. Toda forma de relações não capitalistas são um entrave para o futuro (comunismo). É possível dizer que para que seja possível uma transição para a sociedade sem classes sociais é necessária um intenso desenvolvimento capitalista anteriormente ao início de qualquer transição. Ou seja, “the necessity of capitalist development, Marx states very clearly (...) that socialism can only be attained through capitalist development” (PALMA, 1978, p. 887).

Para Vujacic (1988), mesmo com a elaboração da categoria do modo de produção asiático em 1853, ainda se concebe o capitalismo como condição necessária na história. Entretanto, a concepção evolutiva permanece na sequência da passagem do pré-capitalismo → capitalismo → comunismo:

In my view, unilinearity in the work of Marx and Engels does not stem from their analysis of precapitalist formations, but from their conceptualization of the necessity and uniqueness of capitalism, i.e., its historical mission. In other words the five-stage scheme: primitive society-slavery-feudalism capitalism- socialism (communism) is of secondary importance in comparison to the three-stage scheme: precapitalist modes of production capitalism- socialism (communism). I think that only the acceptance of the latter scheme can enable us to understand certain crude evolutionary positions taken by Marx (Idem, p. 481).

Para dar suporte a essa compreensão histórico-filosófica das formações sociais e nivelamento do desenvolvimento capitalista, os textos de Marx mais utilizados dizem respeito ao *Manifesto Comunista* (1848) e aos artigos escritos sobre a relação de dominação britânica na Índia que foram publicados no jornal *New York Tribune: A Companhia das Índias Orientais: Sua história e as consequências de sua atividade* (MARX, 1853); *A dominação britânica na Índia* (MARX, 1853a); e, *Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia* (MARX, 1853b).

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels enfatizam o papel da burguesia em levar o “progresso” para as demais partes do globo. O papel civilizador do modo burguês de produção aparece para os autores como o caminho para uma etapa socioeconômica superior aos períodos “bárbaros”. No mesmo sentido, apresentam o caráter progressivo do modo de produção capitalista ao incorporar inevitavelmente as regiões menos “desenvolvidas” através do

mercado mundial. Em outros termos, “the bourgeoisie is the real economic and political force which transforms the world and brings about general progress” (VUJACIC, 1988, p. 473).

Nas palavras de Marx e Engels (2005, pp. 41-44):

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países.

(...) Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a armadilha pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

(...) Do mesmo modo que subordina o campo à cidade, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.

Nessas passagens, é atribuída a perspectiva da inevitável necessidade do capitalismo para o progresso e a civilização. Por outro lado, não se concebe que, pela força, a sociedade capitalista, por possuir as forças produtivas mais desenvolvidas, destrói as formas mais igualitárias de sociedade. Pelo contrário, se compreende somente que o capitalismo é uma etapa histórica necessária e inevitável em uma concepção histórico-filosófica.

A respeito dos artigos sobre o colonialismo, Marx buscou argumentar que a dominação britânica na Índia, através da exploração e a busca de expansão dos lucros, inevitavelmente revolucionaria a economia indiana. Marx argumenta que os povos (Árabes, Turcos, etc.) que invadiram a Índia foram “hiduizados”, em decorrência da “lei eterna da História”, por serem uma civilização não superior a indiana. Assim, a Inglaterra teria uma missão dupla: “uma destrutiva, outra regeneradora - aniquilação da velha sociedade asiática e a instalação dos fundamentos materiais da sociedade ocidental na Ásia” (MARX, 1853a, p. 1).

Assim sendo, para Marx, o modo de produção capitalista tem como papel a destruição de ordens socioeconômicas pré-capitalistas através do impulso inconsciente da “História”. Mesmo com os aspectos destrutivos desse

fenômeno, o capitalismo age com um papel progressista para criar as condições materiais para o desenvolvimento. Simultaneamente, o modo de produção capitalista simboliza uma fase inevitável para o desenvolvimento social.

Em *A dominação britânica na Índia*, Marx (1853a, p. 1) expõe, ao final de seu artigo, o caráter similar a uma teleologia na história em decorrência da invasão colonial inglesa sobre a Índia:

A Inglaterra, é verdade, ao causar uma revolução social no Indostão estava movida pelos interesses mais vis e era estúpida na sua maneira de os impor. Mas não é disso que se trata. A questão é: pode a humanidade cumprir o seu destino sem uma revolução fundamental no estágio social da Ásia? Se não, quaisquer que possam ter sido os crimes da Inglaterra, ela foi o instrumento inconsciente da história ao provocar essa revolução.

E, em *Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia*, Marx (1853b), mais uma vez, indica uma concepção teleológica da história e o papel do capitalismo em levar o progresso à Índia e a inevitável indústria moderna:

Mas uma vez que tenha introduzido as máquinas como meio de locomoção em um país que possui o ferro e o carvão, torna-se incapaz de mantê-los excluídos da fabricação. Não se pode manter uma rede de estradas de ferro num imenso país, sem introduzir os processos industriais necessários para satisfazer as necessidades imediatas e correntes da locomoção por via férrea, e daí deverá desenvolver-se também a aplicação de máquinas nos ramos da indústria sem relação direta com as estradas de ferro. Portanto, as estradas de ferro tornar-se-ão na Índia os arautos da indústria moderna.

(...) Os efeitos devastadores da indústria inglesa, considerados em relação à Índia, um país tão vasto como a Europa e de uma superfície de 150 milhões de acres, são palpáveis e aterrorizantes. Mas não devemos esquecer que eles não são senão os resultados orgânicos de todo o sistema de produção, tal qual está presentemente constituído. Essa produção repousa sobre a dominação toda poderosa do capitalismo. A centralização do capital é essencial a sua existência enquanto potência independente. A influência destrutiva dessa centralização sobre os mercados do mundo não faz senão revelar, à mais gigantesca escala, as leis orgânicas inerentes à economia política atualmente em vigor em toda cidade civilizada. O período burguês da História tem por missão criar a base material do mundo novo; de uma parte, a intercomunicação universal fundada na dependência mútua da humanidade e os meios dessa intercomunicação; de outra parte, o desenvolvimento das forças produtivas da produção material a partir da dominação científica dos elementos. A indústria e o comércio burgueses criam estas condições materiais de um mundo novo do mesmo modo que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra (Ibidem, 1853b, p. 1).

Trechos como esse favorecem a tese da teleologia na história e, no que concerne ao modo de produção capitalista, o nivelamento do desenvolvimento. Ou seja, a visão de Marx, segundo Kiernan (1974, p. 198), “was not a further spread of Western imperialism but a proliferation of autonomous capitalism, such as he expected in India and did witness in north America”.

Essa concepção também busca amparo em trechos como no prefácio de *Para a crítica da economia política* em que Marx (1982, p. 25) fala de “relações de produção (...) que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” ou, até mesmo, no primeiro prefácio de *O Capital*, onde Marx (2013, p. 114) fala do destino da Alemanha ao analisar a Inglaterra: “O país industrialmente mais desenvolvido não faz mais do que mostrar ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”.

Contudo, pretende-se apontar as limitações dessa tese. A partir da obra de Marx é possível afirmar o antagonismo existente entre sua teoria social e uma perspectiva teleológica, conjuntamente com um esquema unilinear.

## 2.2 A POSSIBILIDADE DE UMA “VIA RUSSA” PARA O SOCIALISMO

Mesmo que a tese da unilinearidade busque amparo nos escritos de Marx, a análise de sua obra permite compreender que tal concepção não se sustenta. Parte-se aqui das controvérsias do autor alemão com os revolucionários russos no período czarista. Nessas polêmicas, os revolucionários russos entram em contato com Marx em busca de sua posição sobre a comuna rural do país e se essa forma de propriedade poderia ser a base para construção de uma sociedade socialista. Ou seja, uma “via russa” para o socialismo, em contraste com as fases unilineares das sociedades.

Os escritos de Marx sobre a Rússia são datados da década de 1870 e início de 1880. Esses textos dizem respeito às polêmicas que ocorreram com o nascente marxismo russo. Mais especificamente, os chamados *narodniks*, expressão que significa “povo” e “nação”, também chamados de populistas russos. Os revolucionários que compunham o movimento buscaram difundir as ideias de Marx no país. (DUSSEL, 1990; SHANIN, 1883).

Na Rússia dessa época, uma forma diferente de propriedade era exaltada, conhecida como comuna (*obshtchina*). Essa forma de propriedade tinha como pressuposto a propriedade rural comum, com ausência de propriedade privada. As propriedades rurais eram organizadas de forma coletiva, trabalhadas pelos camponeses com administração na forma de assembleias (SHANIN, 1983).

Todavia, de acordo com Anderson (2010), segmentos que apoiavam um processo de modernização russa, compreendiam que somente com a incorporação das relações sociais da Europa ocidental, mais especificamente, as relações capitalistas de produção, o país seguiria, então, rumo ao progresso.

Uma crítica a essa visão viria a surgir baseado nos trabalhos de Tchernichevski. Sendo um dos fundadores dos *narodniks*, Tchernichevski sustentava a possibilidade da Rússia evitar adentrar ao modo de produção capitalista, seguindo em direção a uma sociedade socialista baseada na comuna rural. Isso seria possível com a aproximação entre Rússia e Europa, ao modernizar o processo produtivo e incorporar métodos eficientes e racionais de produção. Ou seja, a possibilidade de incorporar técnicas científicas modernas na propriedade comunal (SHANIN, 1983).

Com base na ideia de uma “via russa” para o socialismo, o grupo de revolucionários *narodniks* agora se confrontavam com a ideia de acelerar o processo revolucionário a fim de evitar com que o capitalismo se instaurasse no país e aniquilasse a comuna rural. Dessa forma, o horizonte revolucionário não era só a destituição do czarismo, mas também a construção das bases que possibilitassem a incorporação das mais avançadas técnicas produtivas na comuna rural desenvolvida pela industrialização europeia (Ibidem, pp. 9-10).

Na década de 1870, Marx toma conhecimento de Tchernichevski, no qual lê seu trabalho. Posteriormente, “en 1875 Marx poseía ya conciencia plena de la "cuestión rusa". Así, en el Manuscrito VII del libro II, de julio de 1878, muestra la dificultad de la implantación del capitalismo en Rusia - concediendo así razón a los "populistas"” (DUSSEL, 1990, p. 256).

Antes do contato, através de cartas, Marx ainda toma conhecimento de outra obra fundamental sobre a comuna russa e as novas evidências para compreender as sociedades antigas. Conforme aponta Dussel (1990, p. 256),

“Marx leyó en 1879 la obra de Maksim Maksimovich Kovalevski (1851-1916) sobre la "comuna rural rusa" (...) y, en especial, entre diciembre de 1880 y marzo de 1881, el libro de L. H. Morgan, *Ancient society*, 1877 (...)”.

É nesse período que Marx entraria em contato com Vera Zassulich, dirigente *narodnik*. Esse período também marca uma ruptura com o movimento *narodnik*. Com a consolidação da ruptura entre a ala que defendia as ações diretas e a ala de Plekhanov e Zassulich, a segunda posição ainda tem como defesa as ideias de Tchernichevski sobre a possibilidade da “via russa” em direção ao socialismo (SHANIN, 1983).

Mas a questão fundamental para esse grupo de revolucionários era se as ideias de Marx autorizariam a possibilidade da comuna rural. Dessa forma, Zassulich é encarregada de entrar em contato direto com Marx a fim de obter uma resposta do comunista alemão. Em 16 de fevereiro de 1881, Vera Zassulich (1983, p. 98, adendo acrescido) entra em contato com Marx esperando aprovação ou rejeição da comuna rural:

Honoured Citizen,

You are not unaware that your Capital enjoys great popularity in Russia. Although the edition has been confiscated, the few remaining copies are read and re-read by the mass of more or less educated people in our country; serious men are studying it. What you probably do not realise is the role which your Capital plays in our discussions on the agrarian question in Russia and our rural commune. You know better than anyone how urgent this question is in Russia. You know what Chernyshevskii [Tchernichevski] thought of it. Our progressive literature (...) continues to develop his ideas. But in my view, it is a life-and-death question above all for our socialist party. In one way or another, even the personal fate of our revolutionary socialists depends upon your answer to the question. For there are only two possibilities. Either the rural commune (...) is capable of developing in a socialist direction, that is, gradually organising its production and distribution on a collectivist basis. If, however, the commune is destined to perish, all that remains for the socialist, as such, is more or less ill-founded calculations as to how many decades it will take for the Russian peasant's land to pass into the hands of the bourgeoisie, and how many centuries it will take for capitalism in Russia to reach something like the level of development already attained in Western Europe.

A questão colocada por Zassulich diz respeito à concepção unilinear do desenvolvimento. Por um lado, pode se ter em mente que a problemática é se o modo de produção capitalista é um estágio necessário da humanidade rumo à sociedade socialista. Por outro, é possível identificar que as polêmicas em

torno da obra de Marx, se esta possui um carácter evolucionista, teleológico, já se figuravam pouco mais de uma década da primeira publicação de *O Capital*. Interessa também perceber que visões desse tipo já se faziam presentes, como mostra a revolucionária russa na mesma carta:

Nowadays, we often hear it said that the rural commune is an archaic form **condemned to perish by history**, scientific socialism and, in short, everything above debate. Those who preach such a view call themselves your disciples par excellence: 'Marksists'. Their strongest argument is often: 'Marx said so.' 'But how do you derive that from Capital?' others object. 'He does not discuss the agrarian question, and says nothing about Russia.' 'He would have said as much if he had discussed our country,' your disciples retort with perhaps a little too much temerity (Ibidem, pp. 98-99, grifos acrescentados).

É nítido, como indica a dirigente *narodnik*, que a leitura de Marx pelos revolucionários russos tinha como pano de fundo a unilinearidade. Fica claro também da necessidade de resposta das questões contidas na carta: "So you will understand, Citizen, how interested we are in Your opinion". Zassulich esperava uma resposta de Marx sobre suas ideias, do destino possível da comuna rural e da inevitabilidade histórica de todo país do mundo "to pass through all the phases of capitalist production" (Ibidem, p. 99).

A resposta recebida por Zassulich de Marx é datada em 8 de março 1881. Na carta oficialmente enviada, Marx afirma: "The analysis in Capital therefore provides no reasons either for or against the vitality of the Russian commune." (MARX, 1983, p. 124).

Marx tem posições contrárias a interpretações deterministas sobre sua obra. Especificamente, a posição no qual haveria uma unilinearidade das formações sociais, um prosseguimento fixo da humanidade em direção a formas mais avançadas de civilização.

Nas palavras de Marx:

The 'historical inevitability' of this course is therefore *expressly* restricted to *the countries of Western Europe*. But the special study I have made of it, including a search for original source material, has convinced me that the commune is the fulcrum for social regeneration in Russia. But in order that it might function as such, the harmful influences assailing it on all sides must first be eliminated, and it must then be assured the normal conditions for spontaneous development (Ibidem, p. 124, grifos no original).

De acordo com Dussel (1990, pp. 255-256), as citações de *O Capital* feitas por Marx na carta à Zassulich são da edição francesa do livro, no qual Marx havia incluído “ciertas correcciones”, indicando a dificuldade do surgimento do capitalismo na Rússia. E que as análises feitas por Marx se restringiriam a Europa Ocidental: “In the Western case, then, one form of private property is transformed into another form of private property. In the case of the Russian peasants, however, their communal property would have to be transformed into private property” (MARX, 1983, p. 124).

Anteriormente ao contato com os revolucionários russos, também pode ser observado a oposição de Marx a uma visão histórico-filosófica, bem como o inevitável surgimento de capitalismo autônomo mundo afora. Em carta datada de 1877, Marx desmistifica a posição do redator da revista russa “*Otetchestvieniie Zapiski*”.

O redator afirmara que o capítulo XXIII do livro, sobre a acumulação primitiva, representa uma visão histórico-filosófica a respeito do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Inevitavelmente, os países que buscassem o desenvolvimento e o progresso deviam, então, passar por um período histórico semelhante.

A crítica do redator a Marx tinha como respaldo, justamente, a possibilidade da comuna rural russa para a construção do socialismo. Marx responde da seguinte maneira:

At various points in *Capital* I allude to the fate that befell the plebeians of ancient Rome. They were originally free peasants, each tilling his own plot on his own behalf. In the course of Roman history they were expropriated. The same movement that divorced them from their means of production and subsistence involved the formation not only of large landed property but also of big money capitals. Thus on fine morning there were, on the one side, free men stripped of everything but their labour-power, and on the other, ready to exploit their labour, owners of all the acquired wealth. What happened? The Roman proletarians became, not wage-labourers, but an idle mob more abject than those who used to be called ‘poor whites’ in the United States; and what opened up alongside them was not a capitalist but a slave mode of production (MARX, 1983a, p. 136).

Marx chama a atenção para o fato de que, mesmo tendo analisado os processos históricos dos países da Europa Ocidental de transição para o modo de produção capitalista, de maneira alguma isso poderia servir como um

esquema histórico inevitável para o caso russo. A rejeição de uma concepção evolucionista, teleológica, aparece ao final da mesma carta, ao se posicionar sobre os eventos históricos:

Thus events of striking similarity, taking place in different historical contexts, led to totally disparate results. By studying each of these developments separately, and then comparing them, one may easily discover the key to this phenomenon. But success will never come with the master-key of a general historico-philosophical theory, whose supreme virtue consists in being supra-historical (Ibidem, p. 136).

Essa oposição por parte de Marx da necessidade de estágios determinados das formações sociais e a possibilidade da sobrevivência da comuna russa, não podem ser caracterizados como momentos conjunturais. No prefácio à segunda edição russa do *Manifesto Comunista* de 1882, um ano após o contato com a revolucionária russa, Marx e Engels argumentam em favor da comuna:

The only answer to that possible today is this: If the Russian Revolution becomes the signal for a proletarian revolution in the West, so that both complement each other, the present Russian common ownership of land may serve as the starting point for a communist development (MARX e ENGELS, 1983, p. 139).

Mesmo se tratando de polêmicas em torno do pensamento de Marx, a possibilidade de uma “via russa” para o socialismo indica a fragilidade das teses sobre a unilinearidade das formações sociais e a tendência do capitalismo se espalhar pelo globo de forma homogênea. Mesmo a ideia de uma nova forma unilinear não se sustenta. A oposição feita por Marx sobre a unilinearidade do desenvolvimento é presente. Aqui também se apresenta o problema do desenvolvimento desigual<sup>8</sup>, tal qual Marx formula na *Introdução de 1857*, tema que será trabalhado com maior rigor posteriormente. Todavia, uma segunda posição sobre Marx e a questão do desenvolvimento surge com as análises dos escritos de Marx. Nessa atribuição, o autor alemão teria rompido com a concepção teleológica a partir de seus escritos pós 1850.

---

<sup>8</sup> Ao longo de sua evolução teórica, Marx recorrentemente desemboca na problemática do desenvolvimento desigual (MIRANDA, 2016).

### 2.3 A TESE DA MUDANÇA DE PARADIGMA E O DESENVOLVIMENTO EM MARX

Uma segunda posição sobre Marx e o desenvolvimento seria debatida entre os autores marxistas a fim de entender, de fato, o que o autor alemão compreenderia sobre a história e o desenvolvimento das sociedades. Essa perspectiva atribui a Marx uma visão determinista, unilinear da humanidade, em seus escritos de juventude. Todavia, em algum momento de sua trajetória intelectual, Marx haveria rompido com essa perspectiva, dando lugar a uma noção multilinear do desenvolvimento.

A partir do final da década de 1970, surge o questionamento se a visão unilinear e de equalização do desenvolvimento capitalista teria amparo nas obras de Marx. A argumentação compreende que, a partir de 1850, Marx tenha mudado sua compreensão sobre o desenvolvimento capitalista ao analisar a dominação inglesa na Irlanda. Mohri (1979, p. 40) argumenta que, ao dar atenção a emancipação dos povos dominados do que propriamente o desenvolvimento do capitalismo, Marx iria em direção contrária à tese da difusão do capitalismo de tipo industrial.

Com a integração forçada da Irlanda no sistema capitalista mundial provocou uma estrutura produtiva subdesenvolvida e dependente. Para Mohri (1979, p. 40), o que Marx analisava era uma ideia de um suposto subdesenvolvimento na relação de dominação entre Inglaterra e Irlanda. Ao adentrar, de forma forçada, no interior da economia irlandesa, o papel da invasão britânica não era de uma dupla missão, “uma destrutiva, outra regeneradora” (MARX, 1853a, p. 1), como no caso da Índia, mas sim uma dupla missão destrutiva: a destruição da antiga sociedade e a destruição das condições essenciais para a regeneração de tal sociedade.

Scaron (1980, p. 6), por outro lado, argumenta que há três posições de Marx a respeito dos possíveis impactos da expansão, mundo afora, das nações capitalistas mais avançadas, “a expensas del mundo extraeuropeo”.

Em sua introdução aos textos de Marx e Engels sobre as questões latino-americanas, *Materiales para la historia de América Latina*, Scaron (1980, p. 6) propõe que a primeira etapa do pensamento de Marx se inicia a partir de 1847 até 1856. Nesse período, tanto Marx como Engels combinariam o repúdio

à forma violenta do colonialismo à sua justificação teórica. Período marcado pelos artigos sobre a dominação britânica na Índia e das polémicas sobre o protecionismo estadunidense de Henry C. Carey por não perceber, de forma positiva, a destruição das relações pré-capitalista rumo ao progresso da história.

A segunda posição refere-se ao intervalo de 1856 a 1864, período marcado pela fundação da Internacional Comunista. É justamente nessa época que Marx, juntamente com Engels, mesmo ao não mudar suas posturas de forma plena, denunciam as ações das grandes potências capitalistas no mundo não Europeu, apresentando uma fase de transição: “es la denuncia de los atropellos de aquellas potencias y la reivindicación del derecho que asistía a chinos, indios, etc., de resistir contra los agresores u ocupantes extranjeros” (SCARON, 1980, p. 7).

A terceira e última posição diz respeito ao período a partir de 1864. Scaron (1980) argumenta que esse período marca as posições internacionalistas de Marx. Também são importantes as mudanças de posições de Marx sobre a questão Irlandesa e indiana.

Sobre a Irlanda, Marx muda sua posição a favor do livre comércio em 1848 para ser “en 1867 (...) un lúcido expositor de la necesidad de que países como Irlanda defiendan de la competencia británica, erigiendo barreras protectoras, sus incipientes industrias” (SCARON, 1980, p. 8). Sobre a Índia, “[a]unque no generaliza sus hallazgos empíricos en este terreno, el autor de El capital se aproxima a la noción del subdesarrollo (Ibidem, p. 8).

Scaron afirma que Marx, nesse período, compreendera a incapacidade de cumprir a segunda fase da “dupla missão” na Índia por parte da Inglaterra. “Estamos lejos de la tesis según la cual el capitalismo inglés, mefistofélicamente condenado a hacer él bien pese a su naturaleza maligna, engendraría la industria moderna en su inmensa colonia asiática” (Ibidem, p. 8).

Bianchi (2010) segue na mesma esteira que Scaron ao argumentar que a mudança de paradigma no pensamento de Marx tenha sido a partir da análise do caso irlandês, a partir de 1867. Marx argumentara que a revolução proletária na potência industrial inglesa teria como condição necessária a emancipação da Irlanda enquanto nação, mesmo que essa revolução social adquira forma diferente dos países mais avançados. Essa nova visão, seria o

ponto de ruptura, “a qual se distanciava claramente de uma filosofia da história” (Ibidem, p. 182).

Contudo, outro grupo de autores compreenderia que o ponto de ruptura de Marx com uma posição de uma filosofia da história seria em um período posterior, na década de 1870. Marx mudaria, decisivamente, tal posição com o contato com os estudos dos intelectuais russos. Uma posição multilinear do desenvolvimento seria construída, em decorrência da possibilidade da “via russa” de desenvolvimento não capitalista.

Dussel (1990) propõe que a mudança na concepção de Marx, a grande “viraje”, é decorrente do encontro com a realidade russa. O início da ruptura com a visão teleológica e a tendência ao nivelamento do desenvolvimento capitalista, “como diríamos hoy en América Latina, una posición claramente “desarrollista””, se encontra com as análises de Marx sobre a Polônia, mas “esto adquirió aún mayor claridad con Irlanda” (Ibidem, pp. 244-245).

Porém, segundo Dussel (1990, pp. 245-246):

(...) pensamos que el origen del "viraje" fundamental en la visión de Marx de la historia universal se debió a un hecho muy simple. Al editarse en 1867 su obra *El capital*, ésta produjo reacciones que llegaron a los oídos de Marx. Quizá la más entusiasta de todas fue la de algunos jóvenes rusos revolucionarios; entre ellos, ciertamente, Nikolái F. Danielsón (que nació en 1844 y murió el 3 de julio de 1918). Ahora Marx podía entablar un diálogo directo y fecundo con pensadores y militantes de otros horizontes — *El capital* se había transformado en una correa de transmisión problematizante. La realidad rusa, que no era nueva para Marx, quien sin embargo la había despreciado frecuentemente, se transformará poco a poco en un objeto casi obsesivo de estudio (...).

Shanin (1983), de forma mais abrangente, argumenta que diversos fatores influenciaram Marx a abandonar uma visão unilinear de desenvolvimento. Marx passaria a compreender complexidade, dinamicidade e interdependência das formas societárias no período mais maduro de suas obras, a partir de meados da década de 1870.

Quatro eventos fundamentais alterariam a visão política e intelectual de Marx. Em primeiro lugar, em 1871, o desenrolar da Comuna de Paris ofereceu lições sobre as ações revolucionárias de forma jamais vistas. A emergência de uma grande revolução social que permitiria a destruição da sociedade de classes alterou significativamente a visão da época. É também o período com

que Marx começa a se afastar das atividades políticas da primeira Internacional – terminada em 1872 – “followed by a period of reflection” (Ibidem, p. 6).

O segundo evento é a alteração radical das ciências sociais em decorrência das descobertas da pré-história que ocorreu durante as décadas de 1860-1870. Esse fator permitiu a abrangência da análise do período histórico em milhares de anos, permitindo uma visão mais acurada das sociedades primitivas. Por sua vez, o impacto do desenvolvimento das civilizações no entendimento da humanidade foi considerável, “by combining the study of material remains with (...) ethnography” (Ibidem, p. 6).

O terceiro evento, segundo Shanin (1983, p. 6), juntamente com os estudos da pré-história, foi a considerável extensão do conhecimento das sociedades rurais não capitalistas existindo, conjuntamente, com o modo de produção capitalista, “especially the Works of Maine, Firs, and others on India”.

Por último, o contato de Marx com a Rússia e os russos, no qual ofereceriam ao autor alemão a combinação maior dos eventos acima. As evidências encontradas sobre as comunas rurais russas e sua experiência revolucionária, seriam a constatação definitiva de Marx com uma visão multilinear do desenvolvimento (Ibidem, pp. 6-7).

De outro modo, a partir da década de 1870, Marx teria feito uma ruptura definitiva com uma concepção unilinear do desenvolvimento social. Por outro lado, teria também percebido a possibilidade, através da “via russa”, de desenvolvimento não capitalista com a comuna rural no país czarista.

Kohan (2003), por outro lado, propõe que há dois paradigmas no pensamento de Marx. Em primeiro lugar, Marx apresentaria uma visão teleológica da história e o caráter progressista do capitalismo ao levar a civilização aos “bárbaros”. Esse período se expressa no que o autor indicou como o “paradigma do manifesto”, cuja maior expressão estaria nas ideias do *Manifesto Comunista* de 1848. Como exposto anteriormente, o caráter progressivo do capitalismo, elencado por Marx e Engels, teria seu fundamento em uma perspectiva teleológica, unilinear da história. Tal paradigma estaria vinculado ao pensamento de Marx até meados dos anos 1850.

Utilizando como exemplo as noções progressistas do capitalismo, presentes no *Manifesto*, como apontado na primeira seção desse capítulo, Kohan (2003, p. 232) argumenta que:

Inequívocamente, allí ubica en Occidente lo que denomina "la corriente de la civilización" de la historia mundial, de manera harto análoga a la utilizada por los defensores de una filosofía de la historia universal que, en última instancia, terminaba legitimando la preminencia económica, política y militar occidental sobre todos los demás pueblos y comunidades.

A partir dos anos 1850, começaria uma fase de transição no pensamento de Marx. Segundo Kohan (2003), a mudança intelectual de Marx ocorre, sobretudo, com os textos sobre a Índia e a formulação conceitual do modo de produção asiático (junho de 1853), tendo como marco final "el artículo sobre Bolívar (enero de 1858) [que] constituye probablemente la última prolongación del paradigma moderno y progresista del Manifiesto" (Ibidem, p. 236, adendo acrescentado).

O paradigma no pensamento de Marx após esse período rechaçaria toda e qualquer visão teleológica, unilinear da história, bem como uma visão niveladora do desenvolvimento capitalista no mundo. Entra em cena uma visão multilinear do desenvolvimento. Mais do que isso, uma série de implicações tomariam lugar com a emergência do segundo paradigma no pensamento de Marx. Nas palavras de Kohan (2003, p. 255):

1) uma crítica de toda filosofía logicista universal de la historia, de toda receta y canon apriorista suprahistórico; 2) la prescripción de basar todos los análisis historiográficos y antropológicos em investigaciones empíricas; 3) el rechazo al evolucionismo unilineal y la adopción de una concepción historiográfica multilineal o pluricéntrica; 4) la apertura hacia el protagonismo compartido de múltiples subjetividades en la lucha de clases mundial (fundamentalmente, al lado del proletariado metropolitano, el campesinado de las comunas rurales y los pueblos sometidos y colonizados); 5) la posibilidad de que la práctica de estos nuevos sujetos colectivos periféricos sobredeterminara la propia lucha interna dentro de la nación opresora; 6) el abandono de la categoría hegeliana de "pueblos con o sin historia"; 7) la condena del colonialismo y el expansionismo capitalista ya no solo en términos de indignación ética sino principalmente en términos de racionalidad histórica; 8) la complejización de la noción filosófica de "progreso", resignificándola no desde las "fuerzas productivas" sino desde la perspectiva autónoma de los pueblos y sectores sociales agredidos y oprimidos; 9) el cuestionamiento radical de la dicotomía moderna: Oriente-campo-barbarie versus Occidente-ciudad-civilización, admitiendo la pluralidad y coexistencia de múltiples civilizaciones; 10) la visualización de la asimetría que rige el nexo clase-nación en los países capitalistas "maduros" y desarrollados y en los periféricos y "atrasados"; y 11) la crítica de todo determinismo histórico y de la concepción del desarrollo etapista "en escalera", permitiéndole elaborar de este modo una visión del desarrollo capitalista mucho

más flexible, dando cuenta al mismo tiempo de la combinación de relaciones sociales desiguales, tanto dentro de cada formación social capitalista como a escala mundial.

É evidente que essas interpretações<sup>9</sup> buscam amparo em estudos rigorosos sobre o pensamento de Marx. Porém, não fornecem uma conceituação adequada do desenvolvimento, a partir da obra de Marx, e o fenômeno do desenvolvimento desigual. Por outro lado, a análise dos textos anteriores ao *Manifesto* como *A ideologia alemã* e *Miséria da Filosofia*, entre 1845 e 1847, fornecem indícios de que já nessa época tanto Marx como Engels haviam estabelecido sua concepção de história, seguindo em direção oposta a uma teleologia e unilinearidade na história.

## 2.4 SOBRE A TEORIA DA HISTÓRIA EM MARX

Como apontado anteriormente, tanto às concepções que dizem haver em Marx uma posição histórico-filosófica do desenvolvimento humano e a inevitabilidade do capitalismo para o progresso, como também a visão que há uma ruptura com essa visão em algum momento pós 1850, buscam amparo no pensamento de Marx. Busca-se argumentar que Marx já teria rompido com uma teoria da história de matriz hegeliana, bem como uma visão unilinear do desenvolvimento já em seus escritos dos anos 1840. Isto é, estabelecendo as limitações tanto das teses da “unilineridade” como também da mudança de paradigma do pensamento de Marx.

Concorda-se desse modo com Augusto e Carcanholo (2014) que a teoria da história em Marx já estava sendo desenvolvida em *A ideologia alemã*, em 1845-46. No mesmo sentido, pode-se encontrar prosseguimento em *Miséria da Filosofia*, em 1847. Nesses textos, Marx já rechaçaria a forma idealista de mundo, polemizando com os jovens hegelianos e com Proudhon.

Em perspectiva ainda anterior, Chasin aponta que a virada essencial do pensamento de Marx ocorreu já na crítica da filosofia do direito de Hegel, em 1843, mesmo que de forma inacabada. Nas palavras de Chasin (2012, p. 5):

---

<sup>9</sup> Para uma crítica mais detalhada direcionada as teses aqui elencadas sobre o desenvolvimento em Marx, ver De Paula (2014).

Eis a resultante sintética (...) de Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (...). Independentemente de quanto seja inacabada e lacunar, imprecisa ou obscura, para Marx, e na condição acima de tudo de meio para o seu autoesclarecimento, ela significa o momento preciso da viragem ontológica a partir da qual tem início a elaboração do pensamento marxiano propriamente dito.

Na abstração hegeliana, a essência do movimento dos objetos é captada em termos essencialmente lógicos, ou seja, a história é compreendida como uma “sucessão fatalista de categorias em um sistema ideal” (MIRANDA, 2016, p. 65). Para Lukács (2012), o movimento na filosofia da história de Hegel é resultado das contradições no interior dos conceitos. Ainda segundo o marxista húngaro, o presente nada mais é do que um processo dialético que perpassa desde a natureza inorgânica rumo a um ponto culminante de civilização cuja base metodológica é fundada na lógica (Ibidem, 2012).

De acordo com Marx (2009, p. 125):

Para Hegel, portanto, tudo o que ocorreu e que ainda ocorre é precisamente o que ocorre em seu próprio raciocínio. Assim, a filosofia da história não é mais que a história da filosofia, da sua própria filosofia. Já não há mais a 'história segundo a ordem temporal': há apenas, a 'sucessão das ideias no entendimento'. Ele acredita construir o mundo pelo movimento do pensamento, enquanto somente reconstrói, de forma sistemática e ordenando segundo o método absoluto, as ideias que estão na cabeça de todo mundo.

Contra essas concepções teóricas é que tratam os respectivos escritos de Marx. Após um primeiro contato com as categorias da economia política e sua expressão ontológica encontrada nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, é, sobretudo, em *A ideologia alemã*, escrita em coautoria com Engels, que as formulações teórico-metodológicas ganham maior precisão. Como argumenta Netto (2011), Marx e Engels apresentam que a base de suas formulações constitui a análise da realidade material. Na mesma direção, Lukács (2007) compreende que os autores delineiam uma concepção de análise das condições materiais reais da vida humana, partindo-se não dos homens abstraídos do mundo material, mas sim dos homens efetivamente reais e suas relações sociais reais.

A crítica de Marx aos jovens hegelianos busca retirar o véu fantasioso de que a barreira efetiva para emancipação humana está transposta na consciência:

Uma vez que, segundo sua fantasia, as relações entre os homens, toda a sua atividade, seus grilhões e barreiras são produtos de sua consciência, os jovens-hegelianos, conseqüentemente, propõem aos homens o seu postulado moral de trocar sua consciência atual pela consciência humana, crítica ou egoísta e de, por meio disso, remover suas barreiras. Essa exigência de transformar a consciência resulta na exigência de interpretar o existente de outra maneira, quer dizer, de reconhecê-lo por meio de uma outra interpretação. Os ideólogos jovens-hegelianos, apesar de suas fraseologias que têm a pretensão de 'abalar o mundo', são os maiores conservadores (MARX e ENGELS, 2007, p. 84).

Em *A ideologia alemã*, Marx e Engels (2007, p. 94) analisam a realidade histórica através de uma concepção expressamente materialista de mundo, tal que “[o]s homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais”, ativos transformadores do seu meio, “tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde (...)”.

Radicalmente contrários a filosofia especulativa, “que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu” (Ibidem, p. 94). O que se pretende alegar com isso é que Marx e Engels tem como pressuposto não as abstrações imaginativas dos homens para, então, se conceber os “homens de carne e osso”. Quer dizer, “parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real”. Também aqui as questões correspondentes ao pensar dos homens são um “processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” (Ibidem, p. 94).

Mais do que isso, concebem, como resultado, que “[a] consciência [Bewusstsein] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [bewusste Sein], e o ser dos homens é o seu processo de vida real”. Ou seja, “[n]ão é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (Ibidem, p. 94).

Desse modo, a história, para Marx e Engels (2007, p. 40):

(...) nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições, o que então pode ser especulativamente distorcido, ao converter-se a história posterior na finalidade da anterior, por exemplo, quando se atribui à descoberta da

América a finalidade de facilitar a irrupção da Revolução Francesa, com o que a história ganha finalidades à parte e torna-se uma 'pessoa ao lado de outras pessoas' (tais como: "Autoconsciência, Crítica, Único" etc.), enquanto o que se designa com as palavras 'destinação', 'finalidade', 'núcleo', 'ideia' da história anterior não é nada além de uma abstração da história posterior, uma abstração da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior.

O ponto inicial, portanto, para a análise do processo histórico "é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza" (Ibidem, p. 87). Mas, a diferença entre as atividades humanas dos restantes dos animais é sua capacidade de produzir seus meios de subsistência. Entretanto, sua atividade é limitada pelas condições materiais dos quais os indivíduos dispõem.

Segundo Marx e Engels (2007, p. 87, grifos no original):

(...) Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida (...). Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. (...). O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também com *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Nessas proposições aparece uma concepção materialista da história, claramente em oposição a uma formulação histórico-filosófica de matriz hegeliana. Também são indicadas as limitações históricas das atividades humanas em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção de um determinado período histórico. Essa articulação entre forças produtivas e relações de produção é o que Marx, em *Miséria da filosofia* concebe como modo de produção.

Em carta a Pável V. Annenkov, comentando a obra *Filosofia da Miséria* de Proudhon, Marx demonstra sua oposição crítica a obra de Proudhon que pretende expor "uma fantasmagoria com pretensões à dialética". A crítica de

Marx refere-se que o autor socialista utópico concebe a história em um “reino nebuloso da imaginação” ao não analisar a história como ela foi e se apresenta. Isto é, “isso não é uma história, mas velharia hegeliana: não é a história profana — a história dos homens — é a história sagrada — história das ideias”. Para Marx, a concepção do homem na perspectiva Proudhon “não é mais que um instrumento do qual se vale a ideia ou a razão eterna se desenvolver”. Esse desenvolver-se do homem ocorre em uma interpretação “no seio místico da ideia absoluta” (MARX, 2009a, pp. 246-247).

Em contraposição a concepção de Proudhon, Marx questiona porque o autor francês recorre a uma “razão universal (...) recorre a um hegelianismo superficial” (Ibidem, p. 44).

Em resposta, Marx indaga:

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil (Ibidem, 244-245).

Dadas às limitações de Proudhon<sup>10</sup>, Marx ainda comenta que o ser social tem capacidade de alterar sua realidade, mas que sua limitação reside no fato de que está inserido em contexto histórico impossível de ser “escolhido” por ele. É dizer, o presente tem como resultado o acúmulo das ações das gerações predecessoras. Em suas palavras:

É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas *forças produtivas* – base de toda a sua história –, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas já adquiridas pela forma social anterior, que não foi criada

---

<sup>10</sup> O erro de Proudhon, de acordo com a passagem acima, é remeter o Estado à sociedade civil. Segundo Marx (2009a, p. 245), “[i]sso é que o sr. Proudhon jamais compreenderá, pois acredita que fez uma grande coisa remetendo-se do Estado à sociedade civil, isto é, do resumo oficial da sociedade à sociedade oficial”.

por eles e é produto da geração precedente (Ibidem, p. 245, grifos no original).

O fato de que as gerações presentes se encontrem diante de forças produtivas que foram adquiridas por um conjunto de gerações em diferentes períodos históricos, fornecendo as formas para “novas produções”, cria uma história humana, “que é tanto mais a história da humanidade quanto mais as forças produtivas dos homens, e, por conseguinte, as suas relações sociais, adquiriram maior desenvolvimento” (Ibidem, p. 245). Nessa passagem, pode-se visualizar que a noção de desenvolvimento em Marx já na década de 1840 indica um caráter de aumento da sociabilidade. Ademais, tendo como pressuposto com o ser humano produz seus meios de vida, suas relações materiais são à base de qualquer atividade humana. Isto é, “[a]s suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Essas relações materiais nada mais são que as formas necessárias na quais se realiza a sua atividade material e individual” (Ibidem, p. 245).

O desenvolvido histórico da humanidade pode ser representado pela passagem por modos de produção, mas em nenhum momento pode ser compreendido como teleológico. Diz Marx (2009, p. 68) sobre a sucessão de modos de produção que, “correspondem ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas, sua história é ao mesmo tempo a história das forças produtivas em desenvolvimento e que foram recebidas por cada nova geração”, que relegadas a elas, “é a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos”.

Na medida em que as posições teleológicas residem exclusivamente ao âmbito individual e que o processo histórico é aberto, Marx apenas indica a tendência do crescente desenvolvimento das forças produtivas de forma *post festum*<sup>11</sup>, ou seja, a reconstituição dos resultados históricos.

Portanto, o materialismo concebido por Marx já na década de 1840 elimina a possibilidade de uma concepção histórico-filosófica de sua teoria social, até mesmo impõe limitações às posições sobre a mudança de paradigma em Marx pós 1850. Já em *A ideologia alemã* a crítica à filosofia da história já se fazia presente, de modo que:

---

<sup>11</sup> O caráter *post festum* do método de Marx será apresentado no capítulo seguinte.

A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, no máximo, um compêndio dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da observação do desenvolvimento histórico dos homens. Se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares. Mas de forma alguma oferecem, como a filosofia o faz, uma receita ou um esquema com base no qual as épocas históricas possam ser classificadas (MARX e ENGELS, 2007, p. 95).

O que chama a atenção é justamente a oposição na aplicação esquemas teóricos, supra-históricos, na realidade. A análise de Marx sempre parte da realidade como ela é. Dessa forma, como apontado por Lukács (2007, p. 227), a teoria social de Marx elimina “todo elemento lógico dedutivo e, no plano da evolução histórica, todo elemento teleológico”. No que diz respeito ao princípio analítico, para Marx, “o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel)”, mas sim pelo que existe de fato. “Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto (...)” (Ibidem, p. 227).

Um problema surge ao levar em conta que a concepção de história materialista, não-linear, em Marx já era perceptível na década de 1840. Como apontado no início do capítulo, os artigos sobre a colonização inglesa na Índia são utilizados a fim de dar amparo tanto à visão unilinear como também à tese da mudança de paradigma. Nesses escritos, para o *New York Daily Tribune* em 1853, Marx atribuiria um aspecto teleológico da história, levando a Índia rumo ao progresso civilizatório com a invasão britânica.

Como nota Miranda (2016), Marx teve de aceitar o emprego de correspondente internacional do jornal *New York Daily Tribune*, no início da década de 1850, por conta de sua situação financeira. Na análise conjuntural da penetração da sociedade burguesa na Índia feita por Marx, o desenvolvimento das forças produtivas seria condição necessária para mudanças significativas nas relações sociais.

Em primeiro lugar, é importante notar que, diferentemente dos textos com expressões teóricas fundamentadas como *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*, os artigos escritos sobre o colonialismo na Índia são de caráter

conjuntural, ao especular as possíveis consequências da invasão britânica. Mesmo que devam ser consideradas partes da obra de Marx, esses escritos devem ser compreendidos com sua devida motivação para a redação.

Marx estava de acordo com sua teoria do desenvolvimento histórico e revisou suas posições (conjunturais e especulativas) de maneira *a posteriori* (MIRANDA, 2016, p. 109). Em carta à Danielson, Marx (1881, p. 1, grifos no original) expôs os reais resultados da dominação inglesa na Índia, ao afirmar a tragédia para o povo indiano:

In *India* serious complications, if not a general outbreak, is in store for the British government. What the English take from them annually in the form of rent, dividends for railways useless to the Hindus; pensions for military and civil service men, for Afghanistan and other wars, etc., etc. – what they take from them *without any equivalent* and quite apart from what they appropriate to themselves annually *within India*, speaking only of the *value of the commodities* the Indians have gratuitously and annually to *send over* to England – it amounts to *more than the total sum of income of the sixty millions of agricultural and industrial labourers of India!* This is a bleeding process, with a vengeance!

Em segundo lugar, o ponto a ser destacado também é não compreender o progresso em seu sentido apenas quantitativo. Como demonstra Marx (2011, pp. 89-90) na *Introdução de 1857*, deve-se “[n]ão conceber de modo algum o conceito de progresso na abstração habitual.”. Ou seja, não deve se levar em conta apenas o desenvolvimento das forças produtivas em termos quantitativos, mas seu aspecto qualitativo, sua apropriação pelo ser humano. Mesmo tendo como possibilidade a criação de riqueza para emancipação humana, a burguesia “(...) jamais efetuou um progresso sem conduzir os indivíduos e os povos através do sangue e da lama, através da miséria e da degradação(...)” (MARX, 1853b, p. 1).

Esse sentido de progresso aparece ao final de *Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia* de forma clara, onde Marx (1853b, p.1) expõe que:

Quando uma grande revolução social tiver se assenhorado dessas realizações da época burguesa, do mercado mundial e das forças modernas de produção, e os tiver submetido ao controle comum dos povos mais avançados, somente então o progresso humano cessará de parecer com este horrível ídolo pagão que somente quer beber o néctar no crânio de suas vítimas.

Ademais, fica nítida a posição de Marx ao rechaçar qualquer esquema teórico que possa ser aplicado à realidade. Nesse sentido, argumenta Dussel (1988, p. 329, grifos no original) que:

Esto sucede cuando se piensa que Marx terminó la teoría esencial y es sólo necesario ir a lo histórico concreto para aplicarla. Pensar esto es no haber comprendido, como ya dijimos, el carácter *abierto* y con necesidad de *continuación* de la teoría de Marx mismo.

A objeção de posições interpretativas de sua obra que buscavam amparo para a unilinearidade do desenvolvimento também se fazia presente nos diversos momentos que foram expostos ao longo desse capítulo. E, também se encontram alguns limites das interpretações que propõe a tese de uma ruptura e mudança de paradigma no pensamento de Marx após 1850.

Ademais, compreender o fenômeno do desenvolvimento desigual só pode ser possível se visualizado como elemento constitutivo da estrutura da realidade social. Nesse sentido, somente no terreno da ontologia social pode-se entender a complexidade, a forma contraditória e desigual com que se apresenta essa dinâmica, objeto do próximo capítulo.

### 3 MARX E A ONTOLOGIA DO SER SOCIAL: HISTORICIDADE E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

Dados os passos no debate sobre o desenvolvimento em Marx no capítulo primeiro da dissertação, se faz necessário percorrer o caminho para compreender o fenômeno de desenvolvimento desigual a partir da ontologia do ser social da obra Marx. Dessa forma, o objetivo principal do capítulo que se segue é delinear uma noção de desenvolvimento, bem como elencar seu caráter desigual.

Em primeiro lugar, pretende-se compreender que, ao buscar desvelar a dinâmica de funcionamento da sociedade capitalista, Marx deu as bases de uma concepção de mundo radicalmente nova, opondo-se as concepções idealistas e burguesas. Ao perceber a historicidade do ser e sua atividade primária, o intercâmbio orgânico com a natureza para produzir seus meios de vida, Marx pôde apreender o desenvolvimento social em seus termos mais gerais.

Nessa atribuição, o intercâmbio com a natureza permite ao ser social uma capacidade de desenvolvimento que vai em direção ao recuo cada vez mais expressivo das categorias naturais que controlam tipicamente as formas de ser orgânica, por exemplo. Isso significa que o desenvolvimento se refere ao aumento no grau de complexidade das relações sociais. Isto é, o ser social tem um desenvolvimento tal que as categorias puramente biológicas deixam de ter um predomínio maior das relações em sociedade, dando lugar a categorias puramente sociais. Perspectiva desse tipo, sempre diretamente com amparo da obra de Marx, encontra-se na obra do marxista húngaro György Lukács (1979).

Em segundo lugar, compreendendo a sociedade como uma totalidade formada a partir da articulação de componentes complexos, isto é, complexos sociais (economia, política, arte e religião, etc.) que interagem de modo complexo, é evidente que o desenvolvimento dos complexos sociais apresente relações de não correspondência. Dessa forma, o desenvolvimento em qualquer que seja o complexo da vida social se apresenta como desenvolvimento desigual, no qual Marx se refere na *Introdução de 1857*.

Por outro lado, é evidente que cada formação socioeconômica possua suas legalidades, dessa forma, o desenvolvimento da sociedade burguesa

propriamente dita refere-se ao aumento da inserção da lógica do capital nos poros da realidade social, através de suas leis gerais de funcionamento.

Na medida em que o objetivo é compreender o desenvolvimento desigual a partir da ontologia inerente a obra de Marx, é necessário a compreensão dos princípios mais gerais desse modo de ser. Por outro lado, é importante visualizar sua historicidade e seu caráter desigual de desenvolvimento. Não obstante, como essa dinâmica se coloca no plano da sociedade em geral, suas tendências imanentes.

Por conseguinte, no primeiro momento serão expostos os aspectos mais gerais da ontologia do ser social em Marx. No segundo momento, a forma histórica desse modo de ser, o desenvolvimento e seu caráter desigual. No terceiro momento, se elenca o entendimento de Marx sobre as leis sociais. Por último, serão expostas as tendências mais gerais do desenvolvimento social.

### 3.1 PRINCÍPIOS ONTOLÓGICOS DO SER SOCIAL EM MARX

Seguindo os passos de Lukács, a obra de Marx é delineadora dos aspectos mais gerais da dinâmica do desenvolvimento do ser social. Dessa forma, o desenvolvimento da sociedade caracterizada pelo modo de produção capitalista apresenta-se como parte constitutiva de um processo de desenvolvimento mais amplo. Como aponta Lukács (1979, p. 20), o conjunto da obra de Marx corresponde a uma ontologia radicalmente nova, ou seja, uma concepção de mundo “que compreenda em si a historicidade e a processualidade, a contraditoriedade dialética” do ser social.

É notório que o encontro de Marx com a economia política nos anos 1840 foi decisivo para a compreensão da sociedade através de sua ossatura (economia). O primeiro resultado desse contato foram os escritos de Paris de 1844, os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Nesses manuscritos, Marx (2004) busca compreender as bases da alienação na sociedade burguesa e para isso deve entrar em confronto com as visões de mundo, concepções ontológicas, predecessoras, a fim de explicar a essência dessa alienação. Mais do isso, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* a questão inovadora reside no fato de que “pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando

assim possível uma descrição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (LUKÁCS, 1979, p. 15).

Para isso, Marx se opõe radicalmente as concepções de mundo burguesas que buscam naturalizar uma natureza humana fixa, a-histórica, do ser social. Exemplos disso podem ser encontrados na máxima de Adam Smith, ao afirmar, em *A riqueza das nações*, que a emergência da sociedade burguesa e a generalizada troca de mercadorias têm como fundamento uma necessária, “embora muito lenta e gradual, de uma certa (...) propensão existente na natureza humana (...)”, isto é, “(...) a propensão a intercambiar, permutar ou trocar uma coisa pela outra” (SMITH, 1996, p. 73). Em *Sobre a questão judaica*, Marx (2010, p. 53, grifos no original) comenta a naturalização do homem burguês: “O homem *egoísta* é o resultado *passivo*, que simplesmente *está dado*, da sociedade dissolvida, objeto da *certeza imediata*, portanto, objeto *natural*”.

Mais do que isso, ao se ocupar nos *Manuscritos* sobre os problemas advindos do trabalho estranhado na sociedade especificamente burguesa, Marx (2004) precisa, necessariamente, percorrer o caminho de elaborar pressupostos que o permitam tal análise. Com isso, fornece às bases de uma ontologia do ser social que supera a concepção de mundo burguesa e idealista. Ao afirmar que “[u]m ser não-objetivo é um *não-ser*”, Marx (2004, p. 127, grifos no original) toma como pressuposto basilar que tudo deve existir materialmente, isto é, todo o existente deve ter como base um fundamento material.

Com as questões essenciais do ser social com que Marx se ocupará em toda sua trajetória intelectual, em oposição às tentativas edificar uma concepção de mundo apologética da ordem burguesa, afirma Lukács (2012, p. 25) que nenhum outro grande pensador “se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social”.

Marx compreende que, em primeiro lugar, o ser humano é ser que integra a natureza, ou seja, é dependente da natureza como os demais seres vivos. O indivíduo é ser dotado das diversas sensibilidades que rodeiam os demais seres naturais, portanto, “dependente e limitado”.

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p. 84, grifos no original).

O *homem* é imediatamente *ser natural*. Como ser natural, e como ser natural vivo, está, por um lado, munido de *forças naturais*, de *forças vitais*, é um ser natural *ativo*; estas forças existem nele como possibilidades e capacidades como *pulsões*; por outro, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, ele é um ser que *sofre*, dependente e limitado, assim como o animal e a planta, isto é, os *objetos* de suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes dele (...) um ser que não tenha sua natureza fora de si não é um ser *natural*, não toma parte na essência da natureza (MARX, 2004, p. 127, grifos no original).

Por outro lado, o ser humano diferencia-se de outras formas de ser (inorgânica e orgânica) através da capacidade de agir teleologicamente, através do trabalho. É dizer, o ser humano age para além dos instintos “inatos” das demais espécies, cujo fundamento é a sobrevivência. Mais do que isso, tem a capacidade de produzir seus meios de vida.

A partir dessa constatação, além de ser natural em primeira instância, Marx (2011, p. 55) compreende que o ser humano é ser que só pode individualizar-se na sociedade, portanto, é ser social: “O ser humano é, no sentido mais literal (...), não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode isolar-se em sociedade”. Continua Marx (2004, pp. 107-108, grifos no original) ao argumentar que:

(...) o indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida (...) é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social* (...) o homem - por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual* (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a totalidade.

Seguindo a esteira do pensamento de Marx, o ser humano precisa, necessariamente, transformar a natureza para tirar seus meios de subsistência. É através do trabalho que essa mediação se realiza. Marx (2013, pp. 326-327) aponta que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação,

medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente (MARX, 2013, pp. 326-327).

De outra forma, o trabalho é uma condição não eliminável da existência humana. Essa forma de atividade, intercâmbio material com a natureza, entretanto, dirige-se “a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza”, como afirma Marx (2013, p. 335), portanto, “perpétua condição natural da vida humana” (Ibidem, p. 335).

Dessa forma, Lukács (1979, p. 87) compreende que:

(...) o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 1979, p. 87).

Ao transformar a natureza, o indivíduo cria novas necessidades e possibilidades que remetem para além de si mesmo e que antes jamais existiriam, portanto, “[a]gindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento [o trabalho], ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, pp. 326-327, adendo acrescido).

Ao alterar a realidade objetiva, é capaz de alterar a si próprio. Pois, em polêmica com Feuerbach, Marx argumenta que: “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (MARX, 1999, p. 6).

A história humana, portanto, é a história da crescente humanização da natureza pela apropriação do homem. A crescente subordinação das forças naturais pelo homem através da sua atividade de trabalho. Ou seja, “numa palavra o sentido *humano*, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do seu objeto, pela natureza *humanizada*” (MARX, 2004, p. 110, grifos no original).

Nas palavras de Marx (2004, p. 128, grifos no original):

E como tudo o que é natural tem de *começar*, assim também o *homem* tem como seu ato de gênese a *história*, que é, porém, para ele, uma [história] sabida e, por isso, enquanto ato de gênese de consciência, é ato de gênese que se supra-sume (*sich aufhebender Entstehungsakt*). A história é a verdadeira história natural do homem.

O que Marx chama a atenção é justamente a crescente humanização da natureza com o desenvolvimento do ser social, por tanto, a “*denominada história* mundial nada mais é do que o engendramento do homem mediante o trabalho humano, enquanto o vir a ser da natureza para o homem.” (Ibidem, p. 114, grifos no original).

E como apontado no capítulo anterior, não há lugar em Marx para uma concepção teleológica da história, como aponta em trecho de *A sagrada família*:

A história não faz nada, ela — não possui uma enorme riqueza, ela — não trava combates! Ao contrário, é o *homem*, o homem real e vivo que faz tudo isso, possui tudo isso e conduz todos esses combates”. Por outro lado, é a “história que serve do homem como meio para realizar — como se ela fosse uma pessoa à parte — seus próprios fins; ela é apenas a atividade do homem que busca seus próprios fins (MARX, 1987, p. 93, grifos no original).

A teleologia para o autor reside, em última instância, à atividade humana. Isto é, os indivíduos não constroem as condições históricas que estão inseridos, pelo contrário, eles herdam as condições das atividades humanas passadas. Marx (2011a, p. 25) deixa claro em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* na seguinte passagem:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram

transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos.

Ao argumentar sobre a natureza incontrolável da dinâmica do capital, Marx (2011, p. 212, grifos no original), nos *Grundrisse*, expõe que mesmo que os atos singulares dos indivíduos tenham caráter teleológico, sua totalidade de resultados não pode ser controlada pelo conjunto dos indivíduos. Isto é, dada a possibilidade infinita de conexões entre os atos teleológicos individuais, “[o] seu próprio entrelaço produz um poder social que lhes é *estranho*, que está acima deles; sua própria interação [aparece] como processo e poder independentes deles”. Nas palavras de Marx:

Embora a totalidade [dos atos] singulares desse movimento partam dos desejos conscientes e dos fins particulares dos indivíduos, a totalidade desses processos aparece como uma conexão objetiva que emerge de maneira natural e espontânea; totalidade que, sem dúvida, resulta da interação dos indivíduos conscientes, mas que não está em sua consciência nem lhes está subsumida como totalidade (Ibidem, p. 212, adendo acrescido).

Esses elementos, de uma concepção ontológica do ser social radicalmente nova, fornecem uma chave para compreender a dinâmica do desenvolvimento social, seu caráter histórico e desigual. É dizer, a maneira histórica com que o processo de desenvolvimento do ser social ocorre e o caráter desigual com que os complexos da vida social se desenvolvem.

### 3.2 HISTORICIDADE, DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

A partir da compreensão de uma ontologia do ser social no pensamento de Marx é possível compreender o fenômeno do desenvolvimento desigual como característica dessa forma de ser. Entretanto, isso só é possível apreendendo a realidade social como um complexo formado por complexos. De acordo com Netto (1994, p. 37, grifos no original), em Marx se “apreende a constituição do ser social como a constituição de *complexos de complexos*: a realidade social é uma *totalidade concreta composta por totalidades concretas de menor complexidade*”.

A historicidade, segundo Lukács (1979), é o contínuo movimento ao longo do tempo de um objeto. Para título de exemplo, como expõe Bonente (2011), evolutivamente falando, pode-se analisar as modificações que uma espécie qualquer sofreu se essa se conserva enquanto mesma espécie. Esse mesmo raciocínio pode ser utilizado para a sociedade. Somente pode ser compreendida as transformações com que o modo de produção capitalista sofreu nas últimas décadas, na medida em que permanece o mesmo modo de produção em suas bases. “O complexo, enquanto base geral da historicidade, se conserva; mas a constituição dos complexos sofre uma modificação radical” (LUKÁCS, 1979, p. 93).

Segundo Lukács (1979, p. 40), para que isso seja compreensível, é importante apreender que os objetos estruturados, assim como a sociedade, podem ser representados como uma totalidade. Tal totalidade é formada por diversos complexos que estão articulados de forma complexa, ou seja, “todo "elemento", toda parte, é também aqui um todo; o "elemento" é sempre um complexo com propriedades concretas, qualitativamente específicas, um complexo de forças e relações diversas que agem em conjunto”.

A historicidade mostra também que o ser social não pode ser reduzido à historicidade de uma sociabilidade determinada. É dizer, utilizando o capitalismo como exemplo, se faz necessário considerar seu caráter histórico. Isto é, que esse modo de produção possui um processo histórico-social de constituição e suas legalidades apontam sua trajetória e seus limites históricos de desenvolvimento. Mas de forma alguma pode ser apreendido que essa formação social resulta de uma natureza fixa do ser social (AUGUSTO e CARCANHOLO, 2014, p. 13).

Como apontado por Marx (2009, p. 122) em *Miséria da filosofia*, “[t]udo o que existe, tudo o que vive sobre a terra e sob a água, existe e vive graças a um movimento qualquer. Assim, o movimento da história produz as relações sociais, o movimento industrial nos proporciona os produtos industriais etc.” As considerações sobre a historicidade do ser social surgem na medida em que Marx busca compreender a dinâmica interna da sociedade capitalista como uma forma de sociabilidade específica, portanto, transitória.

Por outro lado, a historicidade indica que os períodos particulares da história possuem seu processo de constituição, suas legalidades, mas que

jamais podem ser generalizados para todo desenvolvimento histórico. De acordo com Heinrich (2012, p. 32):

(...) every one of these specific modes of production contains specific relationships that have to be described with categories that only retain their validity with regard to these modes of production. In this sense, the categories that describe the capitalist mode of production are “historical” and in no way transhistorical categories; they are valid only for the historical phase in which capitalism is the dominant mode of production.

Na crítica a Proudhon, em carta endereçada a Annenkov, Marx apresenta o caráter histórico e a forma transitória com que as relações sociais, especificamente as relações de propriedade, se constituem em determinado período da história humana. Em suas palavras:

A propriedade de outra época, a propriedade feudal, desenvolve-se em uma série de relações sociais completamente diversas. Quando estabelece a propriedade a propriedade como uma relação independente, (...) [se] comete algo mais que um simples erro de método: demonstra, claramente, que não [se] aprendeu o vínculo que liga todas as formas de produção *burguesa*, que não compreendeu o caráter *histórico* e *transitório* das formas da produção em uma determinada época. (...) [S]ó [se] pode fazer uma crítica dogmática, pois não concebe nossas instituições sociais como produtos históricos e não compreende nem a sua origem nem o seu desenvolvimento (MARX, 2009a, pp. 249-250, grifos no original, adendos acrescidos).

Como argumenta Lukács (1979, p. 79), a historicidade indica que uma “continuidade na persistência, enquanto princípio de ser dos complexos em movimento, é indício de tendências ontológicas à historicidade como princípio do próprio ser”. Por outro lado, esse fenômeno não se restringe na permanência no processo de mudança. O processo contínuo da história não “basta”.

Mais do que isso, “a historicidade implica não o simples movimento, mas também e sempre uma determinada direção na mudança”, isto é, “uma direção que se expressa em transformações qualitativas de determinados complexos, tanto em-si quanto em relação com outros complexos” (LUKÁCS, 1979, p. 79).

No pensamento de Marx, como argumenta Netto (1994, p. 38, grifos no original):

(...) a historicidade (...) é sempre a *historicidade de um complexo*; a história, inscrita na irreversibilidade objetiva do tempo, nela não se esgota - seus componentes efetivos são a existência de uma estrutura *que se reproduz ampliadamente*, a transformação estrutural, a direção e as tendências das transformações etc.

Nesse sentido, Lukács (1979, p. 53-54) indica que desenvolvimento para Marx diz respeito ao aumento no grau de complexidade dos objetos estruturados ao longo do tempo.

Segundo Medeiros (2007, p. 45, grifos no original):

Os conceitos de *desenvolvimento* e *progresso* são empregados para descrever *em si mesma* a direção do movimento de objetos estruturados, ou seja, para descrever objetivamente a direção do movimento. A ideia-chave envolvida neste procedimento é a *complexidade*. Uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou *mais desenvolvida*, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes *específicos*, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos. Dada esta concepção de desenvolvimento, a noção de *progresso* serve para descrever a passagem de um nível mais baixo de desenvolvimento para um nível mais alto – o aumento da complexidade (...).

Posto no plano da sociedade, esse aumento no grau de complexidade (desenvolvimento) direciona-se aos diversos complexos que constituem a dinâmica social como a economia, política, o direito, religião e arte, dado que se pode compreendê-la como “uma totalidade composta de vários complexos, complexamente articulados” (BONENTE, 2014, p. 277).

Em um nível de abstração mais elevado, referente ao ser social, um aumento no grau de complexidade (desenvolvimento) pode ser compreendido como aumento da sociabilidade. Essa crescente sociabilidade diz respeito ao que Marx assinalava como *recuo das barreiras naturais*<sup>12</sup>. Isto é, segundo Lukács (1979, p. 53, adendos acrescentados), “[o] ser social (...) tem um desenvolvimento no qual [as] categorias naturais [da reprodução biológica], mesmo sem jamais desaparecerem, recuam de modo cada vez mais nítido”.

Essa crescente sociabilidade pode ser compreendida em dois níveis: um extensivo e outro intensivo. O aumento extensivo da sociabilidade diz respeito ao crescimento na quantidade de elementos preponderantemente

---

<sup>12</sup> Dependendo da tradução, essa tendência é traduzida e/ou utilizada como *recuo dos limites naturais*.

sociais que regulam a dinâmica da vida em sociedade. O aumento intensivo pode ser entendido como o aumento da complexidade dos elementos já existentes na dinâmica social (LUKÁCS, 2007; BONENTE, 2014). Ainda no nível de abstração da sociedade em geral, Lukács (2007) identifica ainda duas tendências no desenvolvimento social: o aumento das *forças produtivas do trabalho*; e, a tendência ao aumento da *consciência com gênero humano*. Essas tendências, por sua vez, serão tratadas posteriormente.

No que diz respeito a um determinado período contingente da história como a sociedade capitalista, desenvolvimento é compreendido como o funcionamento das leis que operam na formação social regida pelo capital. “Como, ademais, a própria sociedade burguesa é só uma forma (...) do desenvolvimento” social geral (MARX, 2011, p. 84)

Do mesmo modo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista se explicita em dois sentidos. Em sentido *extensivo*: caracterizado pela submissão de uma porção mais extensa de formações sociais e uma quantidade maior de seres humanos no planeta à sua lógica. E, no sentido *intensivo*: a ampliação do comando dos diversos complexos sociais que permeiam as relações em sociedade, tal como as artes, esportes, educação, etc. Dessa forma, o aumento no grau de desenvolvimento/complexidade diz respeito à inserção da lógica do capital e suas leis de funcionamento nas relações sociais “e não a passagem do *pior* ao *melhor*, como quer que esses estados sejam definidos”<sup>13</sup>, ou ainda, uma etapa histórica necessária do desenvolvimento social (BONENTE, 2014, p. 278, grifos no original).

Isto é, como argumenta Lukács (2011, p. 87-88), o pensamento marxista busca compreender o processo histórico em seus aspectos mais gerais e também particulares:

(...) o sistema marxista – em nítido contraste com a moderna filosofia burguesa – não se desliga jamais do processo unitário da história. Segundo Marx e Engels, só existe uma ciência unitária, a ciência da história, que concebe a evolução da natureza, da sociedade, do pensamento etc., como um processo histórico único, procurando descobrir as leis gerais e as leis particulares (isto é, aquelas que são específicas de determinados períodos) deste processo.

---

<sup>13</sup> Essa visão pode ser encontrada nas chamadas *Teorias do Desenvolvimento*. Reforça-se a crítica detalhada em Bonente (2011).

Segundo Lukács (1979), como o desenvolvimento aqui diz respeito ao aumento no grau de complexidade das relações sociais ao longo do tempo e como a sociedade é composta pela interação de diversos complexos, a relação entre as diversas partes que compreendem uma dada totalidade é composta por componentes heterogêneos, então, em situações estabelecidas, determinados complexos podem estar regredindo, na contramão da direção do progresso. Se desenvolvimentos singulares, em alguma instância da sociedade, podem ou não serem acompanhados por regressões, então, todo desenvolvimento apresenta-se como desigual.

Através da argumentação de Netto (1994, p. 38, grifos no original):

(...) a historicidade não se conforma num movimento unilinear: em cada totalidade constitutiva da totalidade social concreta, a negatividade que a dinamiza refrata-se de acordo com as suas particularidades - a negatividade realiza-se no marco de um *sistema de mediações* que responde, no movimento da totalidade social concreta, pelo *desenvolvimento desigual* das suas totalidades constitutivas.

O *desenvolvimento desigual* é apresentado na *Introdução de 1857*. Para expô-la, Marx (2011, p. 90) se utiliza da relação entre o florescimento da arte e a produção material: “Na arte, é sabido que determinadas épocas de florescimento não guardam nenhuma relação com o desenvolvimento geral da sociedade”, diz Marx, sequer, “portanto, com o da base material, que é, por assim dizer, a ossatura de sua organização”<sup>14</sup>. Por outro lado, em determinados períodos da história o desenvolvimento dos complexos sociais, a arte, por exemplo, pode estar em direção do desenvolvimento do complexo social da economia, basta pensar nas esculturas do século XIX do francês Auguste Rodin<sup>15</sup> que sem a metalurgia moderna jamais poderia ser executada.

Em Marx, como indica Lukács (1979, p. 150):

---

<sup>14</sup> Em relação, por exemplo, “os gregos comparados com os modernos, ou mesmo Shakespeare. Para certas formas de arte, a epopeia, por exemplo, é até mesmo reconhecido que não podem ser produzidas em sua forma clássica, que fez época, tão logo entra em cena a produção artística enquanto tal; que, portanto, no domínio da própria arte, certas formas significativas da arte só são possíveis em um estágio pouco desenvolvido do desenvolvimento artístico” (MARX, 2011, p. 90).

<sup>15</sup> As duas esculturas mais famosas de Rodin são O Pensador e a Porta do Inferno, ambas finalizadas no século XIX.

(...) toda sociedade deve ser concebida como um complexo; vemos agora que ela é composta, por sua vez, de uma intrincadíssima rede de complexos heterogêneos que, por isso, agem de modo heterogêneo um sobre o outro; basta pensar, por um lado, na diferenciação em classes que se movem em sentido antagônico e, por outro, nos sistemas de mediação (direito, Estado, etc), que se desenvolvem em complexos relativamente autônomos.

A heterogeneidade de cada componente que constitui um complexo e suas relações é a expressão da desigualdade do desenvolvimento, isto é, “quanto mais desenvolvida, quanto mais social for a economia”, as heterogeneidades continuam a persistir. O “caráter heterogêneo originário continua a persistir no interior dessas sínteses e provoca (...) tendências evolutivas desiguais” (LUKÁCS, 1979, p. 128).

Seguindo no argumento, Marx (2011, p. 91, adendo da edição) trata da desigualdade do desenvolvimento no complexo social da arte comparando a arte grega antiga com a sociedade moderna:

A concepção da natureza e das relações sociais, que é a base da imaginação grega e, por isso, da [mitologia] grega, é possível com [máquinas de fiar automáticas, ferrovias, locomotivas e telégrafos elétricos? Como fica Vulcano diante de Roberts et Co., Júpiter diante do para-raios e Hermes diante do Crédit Mobilier? Toda mitologia supera, domina e plasma as forças da natureza na imaginação e pela imaginação; desaparece, por conseguinte, com o domínio efetivo daquelas forças. Em que se converte a Fama ao lado da Printing House Square? A arte grega pressupõe a mitologia grega, *i.e.*, a natureza e as próprias formas sociais já elaboradas pela imaginação popular de maneira inconscientemente artística. Esse é seu material.

À primeira vista, essa alegação já rompe com a leitura da obra de Marx no qual a base econômica (estrutura) determina os complexos da superestrutura em última instância<sup>16</sup>. Ou seja, o exemplo da arte rompe com “o preconceito segundo o qual a gênese da obra de arte, por pertencer essa à superestrutura, pode ser derivada simplista e diretamente da base econômica” (LUKÁCS, 1979 p. 135).

O processo de desenvolvimento dos complexos sociais deve sempre ser compreendido inserido no contexto da história como um todo da produção social. Somente com isso é possível “ser esclarecidos de maneira

---

<sup>16</sup> Indaga Marx (2011, pp. 91-92) que “é possível Aquiles com pólvora e chumbo? Ou mesmo a *Ilíada* com a imprensa ou, mais ainda, com a máquina de imprimir? Com a alavanca da prensa, não desaparecem necessariamente a canção, as lendas e a musa, não desaparecem, portanto, as condições necessárias da poesia épica?”.

verdadeiramente científica os desenvolvimentos e as transformações que ocorrem em cada campo singularmente considerado” (LUKÁCS, 2011, p. 88). Evidente que essa visão contradiz interpretações mecanicistas do pensamento de Marx, de modo que:

Marx e Engles jamais negaram a relativa autonomia do desenvolvimento dos campos particulares da atividade humana (direito, ciência, arte etc.); jamais ignoraram, por exemplo, o fato de que um pensamento filosófico, singularmente considerado, liga-se a outro pensamento filosófico que o precedeu e do qual ele é um desenvolvimento, uma correção, uma refutação etc. Marx e Engels negam apenas que seja possível compreender o desenvolvimento da ciência ou da arte com base exclusivamente, ou mesmo principalmente, em suas conexões imanentes. Tais conexões imanentes existem, sem dúvida, na realidade objetiva, mas só como momento do tecido histórico, como momentos do conjunto do desenvolvimento histórico, no interior do qual, por meio do intrincado complexo de interações, o fato econômico (ou seja, o desenvolvimento das forças sociais produtivas) assume papel principal (Ibidem, pp. 88-89).

O pensamento de Marx nega a possibilidade na realidade social de “relações de causa e efeito unívocas”. Há o reconhecimento que existem relações de causa e efeito até nos “dados mais elementares da realidade”, entretanto, ocorrem por meio de complexas interações. O pensamento de Marx evidencia o fato de que “num processo tão multiforme e estratificado como o é a evolução da sociedade, o processo total do desenvolvimento histórico-social só se concretiza em qualquer dos seus momentos como uma intrincada trama de interações” (Ibidem, p. 90).

De forma breve, dado a prioridade para a dimensão econômica da vida social com que Marx estabelece, é necessário compreender que não significa que há determinismo entre estrutura e superestrutura. A economia diz respeito às instâncias da produção e reprodução da vida humana e, sob esse aspecto, é importante denominar o conceito de prioridade ontológica. Esta compreende somente que determinada categoria possui prioridade da existência em relação à outra: “a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível”, diz Lukács (1979, p. 4). “É algo semelhante à tese central de todo o materialismo, segundo o qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência”. Em outros termos, “(...) significa simplesmente que pode existir o ser sem a consciência, enquanto toda

consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algo que é. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência” (Ibidem, p. 40).

O mesmo significado compreende-se em relação à produção e reprodução da vida humana:

Quando Engels, no discurso pronunciado junto à tumba de Marx, fala do “fato elementar de que os homens devem primeiro de tudo comer, beber, ter um teto e vestir-se, antes de ocupar-se de política, de ciência, de arte, de religião, etc”, está falando precisamente de uma relação de prioridade ontológica. (Ibidem, p. 41)

Em carta endereçada a Joseph Bloch, Engels expõe sua contraposição, como também a de Marx, de que a economia é o determinante essencial da história. De acordo com Engels, em uma visão vulgarizada da concepção de história materialista, a base econômica é a estrutura determinante em última instância das relações sociais. Em contestação, Engels (1982, p. 547, adendos da edição) argumenta que:

Nem Marx nem eu alguma vez afirmámos mais. Se agora alguém torce isso [afirmando] que o momento económico é o único determinante, transforma aquela proposição numa frase que não diz nada, abstracta, absurda. A situação [Lage] económica é a base [Basis], mas os diversos momentos da superstrutura [Uberbau] — formas políticas da luta de classes e seus resultados: constituições estabelecidas pela classe vitoriosa uma vez ganha a batalha, etc, formas jurídicas, e mesmo os reflexos [Reflexe] de todas estas lutas reais nos cérebros dos participantes, teorias políticas, jurídicas, filosóficas, visões [Anschauungen] religiosas e o seu ulterior desenvolvimento em sistemas de dogmas — exercem também a sua influência [Einwirkung] sobre o curso das lutas históricas e determinam em muitos casos preponderantemente [vorwiegend] a forma delas. Há uma acção recíproca [Wechselwirkung] de todos estes momentos, em que, finalmente, através de todo o conjunto infinito de casualidades (isto é, de coisas e eventos cuja conexão interna é entre eles tão remota ou é tão indemonstrável que nós a podemos considerar como não-existente, a podemos negligenciar), o movimento económico vem ao de cima como necessário.

Retomando a categoria do desenvolvimento desigual, desigualdade do desenvolvimento compreende que o desenvolvimento, “a crescente socialidade de todas as categorias, vínculos e relações”, não se concebe de forma linear, “não pode se explicitar em linha reta, segundo uma “lógica” racional qualquer, mas se move em parte por vias travessas”, expõe Lukács, “em parte, fazendo

com que os complexos singulares, cujos momentos reunidos formam o desenvolvimento global, encontrem-se individualmente numa relação de não-correspondência” (LUKÁCS, 1979, p. 134).

A desigualdade do desenvolvimento é também particular ao desenvolvimento econômico geral, como no modo de produção capitalista, objeto de estudo de Marx. A forma desigual como se apresenta as condições de desenvolvimento sejam elas naturais ou sociais e, até mesmo, dentro das fronteiras nacionais é uma realidade concreta. Nas palavras de Marx e Engels em *A ideologia alemã*:

Não há dúvidas de que a grande indústria não alcança o mesmo nível de desenvolvimento em todas as localidades de um mesmo país. (...) Da mesma forma, os países nos quais está desenvolvida uma grande indústria atuam sobre os países *plus ou moins* não industrializados, na medida em que estes são impulsionados pelo comércio mundial à luta pela concorrência (Marx; Engels, 2007, p. 61).  
 (...) Segue-se daí que, mesmo no interior de uma nação, os indivíduos têm também desenvolvimentos diferentes, abstraindo-se de suas condições de riqueza, e que um interesse anterior, cuja forma de intercâmbio peculiar já foi suplantada por outra forma correspondente a um interesse ulterior, mantém-se ainda por longo tempo de posse de um poder tradicional na sociedade aparente e autônoma em relação aos indivíduos (Estado, direito), um poder que, em última instância, só se pode quebrar por uma revolução. Isso também explica porque, em relação a determinados pontos que permitem um resumo mais geral, a consciência pode às vezes parecer mais avançada do que as relações empíricas contemporâneas a ela, de modo que nas lutas de uma época posterior possa se apoiar nos teóricos anteriores como autoridades (Marx; Engels, 2007, p. 69).

Mais do que isso, dentro dessa concepção, uma tendência ao surgimento de capitalismo autônomos com dinâmicas similares se apresenta como uma impossibilidade. Como aponta Marx (2009, pp. 127-128) em *Miséria da filosofia*, economias subordinadas ao surgimento do capitalismo aparecem de modo necessário para o estabelecimento desse modo de produção<sup>17</sup>:

---

<sup>17</sup> Antes mesmo da publicação de *Miséria da filosofia*, portanto, do trecho a seguir, Marx (2009a, p. 252) já expressava a necessidade da escravidão para a economia capitalista, comentando em carta a Annenkov praticamente um trecho similar: “A escravidão direta é um eixo do nosso industrialismo atual, tanto quanto as máquinas, o crédito etc. Sem a escravidão, não haveria algodão, e sem algodão não haveria indústria moderna. Foi a escravidão que valorizou as colônias, foram as colônias que criaram o comércio mundial – esse comércio que é a condição necessária da grande indústria mecanizada. Assim, antes do tráfico dos negros, as colônias não davam ao mundo antigo mais que uns poucos produtos e não davam ao mundo antigo mais que uns poucos produtos e não modificavam visivelmente a face da terra. A escravidão é, portanto, uma categoria econômica da mais alta importância. Sem a escravidão,

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito etc. Sem escravidão, não teríamos o algodão; sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio que é a condição da grande indústria. Por isso, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância. Sem a escravidão, a América do Norte, o país mais progressista, transformar-se-ia em um país patriarcal. Tire-se a América do Norte do mapa do mundo e ter-se-á a anarquia, a completa decadência do comércio e da civilização modernos. Suprima-se a escravidão e ter-se-á apagado a América do Norte do mapa das nações.

Isto é, em Marx não há a possibilidade do nivelamento do desenvolvimento, dado seu caráter estritamente desigual. Cabe agora compreender como essas dinâmicas se manifestam nos dois níveis de abstração. É importante visualizar como as leis gerais do desenvolvimento se impõem no plano histórico e concreto. Mas, antes de tudo, é preciso compreender de fato as características das leis sociais concebidas por Marx na análise da sociedade.

### 3.3 AS LEIS TENDENCIAIS E ANÁLISE *POST FESTUM* EM MARX

A presente seção tem por objetivo desmistificar alguns pontos a respeito do significado de “lei” em Marx, bem como o caráter *post festum* da análise das relações sociais, isto é, seu caráter não preditivo no sentido mecânico-fatalista. Tal desmistificação permite uma clara visualização de como as “leis”, as tendências imanentes no âmbito do ser social, se manifestam, historicamente.

Em primeiro lugar, é importante salientar que as leis sociais não se caracterizam como leis empíricas como nas ciências naturais. Concepções influenciadas pelo positivismo concebem leis como regularidades (relações de causa e efeito) que podem ser traduzidas como: a ocorrência regular de um evento  $\alpha$  tem como consequência  $\beta$ . Diferentemente dessa concepção, leis,

---

a América do Norte, (...) transformar-se-ia num país patriarcal. Se tirarmos a América do Norte do mapa das nações, teremos a anarquia, a decadência absoluta do comércio e da civilização moderna. Mas abolir a escravidão equivaleria a riscar a América do Norte do mapa das nações. A escravidão é uma categoria econômica e, por isso, é verificável em todas as partes, desde que o mundo é mundo. Os povos modernos souberam dissimular a escravidão em seus próprios países, sem nenhum disfarce, para o novo mundo”.

para Marx, são concebidas como leis de tendência, a lei “é o movimento interno, imanente e legal do próprio ser social” (LUKÁCS, 1979, p. 99).

A compreensão mecânico-fatalista, característica da ciência de caráter positivista, tem por fundamento uma ontologia cuja expressão é uma compreensão de mundo como sistema fechado, isto é, como argumenta Prado (2014, p. 130), “o conceito de lei não é unívoco, pois está intimamente ligado à concepção de mundo dentro da qual aparece e que o sustenta”.

Nesse caso, Prado (2014, p. 131) entende que uma lei científica é expressão da concepção nas quais determinados padrões de eventos possuem uma conexão necessária no mundo, apresentam-se como “fenômenos ocorrentes na efetividade do mundo”.

Conforme Augusto (2010, p. 5, grifos no original, adendo acrescido), a lei científica com base em uma concepção de mundo mecânico-fatalista:

(...) é uma [lei atuando] sobre a estrutura do mundo que afirma a existência de um vínculo necessário, antecedente, único e exaustivo entre dois estados do mundo, isto é, de que um **único** estado do mundo **antecedente** está vinculado de forma **necessária** a um **único** estado do mundo **consequente**, no que diz respeito a **todas** as suas características. Esse vínculo entre estados do mundo pode ser postulado como causalidade e ser formulado como leis naturais.

No caso da ontologia de Marx é preciso ter em mente que estamos diante de complexos que interagem de modo complexo. Ou seja, não se deve conceber que as observações das relações sociais terão um padrão regular e constante dos eventos no sentido determinista. Isto é, “as leis de causalidade em geral terão forçosamente de ser consideradas como leis tendenciais” (PRADO, 2014, p. 131). Segundo Prado:

Nesse sentido, toda lei científica passará a apontar para uma “atividade transfactual”, ou seja, indicará um motor realmente existente que atua no real com força de necessidade. Porém, essa atuação não se mostra necessária e imediatamente na efetividade do mundo, pois depende também de outras tendências e contingências (Ibidem, p. 131).

Marx aponta que uma lei cuja característica é sua forma abstrata e eterna só é possível fora do domínio da atividade humana. Como se está diante de relações complexas e não passíveis de predição plena, as leis no

plano humano-social são aproximativas, históricas. Analisando as tendências populacionais específicas no modo de produção capitalista, “população trabalhadora excedente”, Marx compreende que “[u]ma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais e, ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios.” (MARX, 2013, p. 858).

Comentando os equívocos da obra proudhoniana a respeito da história e a efetividade das categorias econômicas no plano social, bem como seu não entendimento de que as categorias feitas a partir das “relações sociais reais” são de fato “históricas” e “transitórias”, Marx (2009a, p. 250, grifo no original), em carta a Annenkov, argumenta que Proudhon:

Não percebeu que as *categorias econômicas* não são mais que *abstrações* dessas relações reais e que somente são verdades enquanto essas relações subsistem. Incorre, por conseguinte, no erro dos economistas burgueses, que veem nessas categorias econômicas leis eternas e não leis históricas, válidas exclusivamente para certo desenvolvimento histórico (...).

Uma lei de tendência pode se manifestar em dado período de tempo como também pode não se revelar, dependendo dos fatores que incidam como contra tendência. Portanto, a não manifestação de uma dada lei tendencial não indica que essa lei não seja verdadeira de fato. Lukács (1979, p. 64) argumenta que a lei cujo princípio é a tendencialidade:

(...) enquanto forma fenomênica necessária de uma lei na totalidade concreta do ser social, é consequência inevitável do fato de que nos encontramos aqui diante de complexos reais que interagem de modo complexo, frequentemente passando por amplas mediações, com outros complexos reais; a lei tem caráter tendencial porque, por sua própria essência, é resultado desse movimento dinâmico-contraditório entre complexos.

Por outro lado, para que tal lei seja compreendida como científica Marx a concebe sob um caráter *post festum*, não passível de predição no sentido estrito, ou seja, as formas mais complexas dão as bases para reconstituição das formas mais simples. Isto é, “o conhecimento dialético tem em Marx o caráter da (...) aproximação” (Ibidem, p. 108).

Quando Marx (2011, p. 84) argumenta que “[a] anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco”, diz respeito justamente a essa concepção. Não obstante, “os indícios de formas superiores nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando a própria forma superior já é conhecida”. Nessa medida, para a análise da sociedade, demonstra que:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se, parte dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. (...) a economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. (Ibidem, p. 84, adendo da edição)

Essa constatação demonstra-se válida porque a realidade, no qual já foi referida anteriormente, é edificada pela interação interminável de diversos complexos que possuem relações predominantemente heterogêneas, “relações que são por sua vez sínteses dinâmicas de componentes (...) heterogêneos, cujo número de momentos ativos pode ser infinito” (LUKÁCS, 1979, pp. 108-109). Todavia, essas características não denotam a impossibilidade do conhecimento. Pelo contrário, não há restrição alguma em descobrir as leis gerais de determinado objeto. Mas as leis somente “podem se afirmar na realidade através de uma rede intrincada de forças antitéticas, num processo de mediação, em meio de infinitas accidentalidades” (Ibidem, p. 109).

A título de exemplo, pode ser elencada a possibilidade da crise no modo de produção capitalista. A análise geral da essência da crise permite compreender que ela é uma possibilidade efetiva, “mas seria uma tola ilusão considerar que seja possível, a partir disso, prever o momento em que eclodirão crises singulares, tal como se pode prever os movimentos dos planetas com base na astronomia de Newton”, pois as contra tendências que são capazes de anular tal fenômeno podem ocorrer (Ibidem, p. 110).

Como mostra Marx (2013, p. 210, adendo da edição), portanto, a compreensão efetiva do processo de desenvolvimento do ser social, conjuntamente com sua apreensão científica, “percorre um caminho contrário

ao do desenvolvimento real. Ela começa *post festum* [muito tarde, após a festa] e, por conseguinte, com os resultados prontos do processo de desenvolvimento”.

Isso demonstra que, em primeiro lugar, o conhecimento pode ser compreendido de modo racional, mesmo que de maneira *post festum*, distanciando-se claramente de concepções racionais exasperadas puramente lógicas. Por outro lado, as análises de caráter *post festum* podem dar bases para o entendimento das tendências mais gerais do “futuro” a partir das tendências que operam atualmente. Todavia, essa constatação em nada se apresenta como uma teleologia na história, isto é, “traduz-se em algo falso tão logo se queira transformá-la numa “filosofia da história” de base lógica” (LUKÁCS, 1979, p. 117).

A partir dessas considerações, é possível visualizar as tendências mais gerais que acompanham o desenvolvimento do ser social. Dito de outro modo se apresenta possível extrair, de maneira *post festum*, as leis gerais do desenvolvimento social, objetivo da seção seguinte.

### 3.4 O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUAS LEIS GERAIS

Tal como Lukács (1979; 2007) compreende, e apontado anteriormente, a tendência básica no processo de desenvolvimento social é em primeiro lugar, o contínuo *recuo das barreiras naturais*; conjuntamente com aumento das *forças produtivas do trabalho*; e, por último, um aumento de *consciência com gênero humano*.

A primeira tendência, na compreensão de Lukács (1979; 2007), o recuo das barreiras naturais, diz respeito à diminuição da dependência puramente biológica no ser social em decorrência do processo de desenvolvimento social. É dizer, “(...) as barreiras naturais (a necessidade da reprodução biológica) jamais podem ser abolidas, não menos verdadeiro é que elas são cada vez mais “afastadas”, de modo que exercem”, no decorrer do processo histórico, “uma influência cada vez menor, ainda que sempre presente” (LESSA, 2015, p. 134).

Lukács (1979, pp. 19-20, adendo acrescido) argumenta que:

(...) a orientação de fundo no [desenvolvimento] do ser social consiste precisamente em substituir determinações naturais puras por formas ontológicas mistas, pertencentes à naturalidade e à socialidade (basta pensar simplesmente nos animais domésticos), explicitando ulteriormente — a partir dessa base — as determinações puramente sociais. A tendência principal do processo que assim tem lugar é o constante crescimento, quantitativo e qualitativo, das componentes pura ou predominantemente sociais, aquilo que Marx costumava chamar de "recuo dos limites naturais".

É importante ressaltar o caráter não eliminável da existência humana o intercâmbio material com a natureza; i.e. o 'reino da necessidade'. Diferentemente do ser orgânico, o ser social, no decorrer do seu processo de desenvolvimento, tem a capacidade produzir um recuo das categorias naturais, biológicas, cada vez maior sem que as mesmas sejam de fato abolidas. Ou seja, "recuam de modo cada vez mais nítido, deixando o lugar de destaque para categorias que não têm na natureza sequer um correspondente analógico" (LUKÁCS, 1979, p. 53).

Em contraste com o ser orgânico, o ser social e seus diferentes complexos constitutivos supera a reprodução biológica propriamente dita. Como elencado anteriormente, ao transformar a natureza através do trabalho o homem produz a si mesmo. Nas palavras de Lukács (1979, pp. 93-94):

Os complexos da vida social, (...) tão logo seja superada a sua naturalidade, têm certamente um ser que reproduz a si mesmo, mas esse ser — mais uma vez, de modo crescente — vai além da simples reprodução do estado primitivamente dado; essa reprodução ampliada, mesmo podendo encontrar limites sociais nas relações de produção, é todavia qualitativamente diversa da estagnação, decadência e fim, que são representados nos organismos pela velhice e pela morte.

Um exemplo do afastamento dos componentes puramente biológicos, segundo Lukács (1979, p. 54) é o caso de intercâmbio de mercadorias na sociedade, "onde determinadas formas próximas à natureza (o gado como meio geral de troca) são substituídas pelo dinheiro, que é puramente social".

Essa tendência do ser social diz ainda que "as categorias decisivas da economia vão superando cada vez mais sua originária ligação predominante com a natureza, assumindo de modo cada vez mais nítido um caráter predominantemente social". Consequentemente, nessa circunstância, também

emergem categorias com predomínio “social puro”. “É já o caso do valor; mas, por causa de sua inseparabilidade do valor-de-uso, o valor se liga de certo modo a uma base natural, ainda que socialmente transformada” (Ibidem, p. 54).

A segunda tendência identificada caracteriza-se pela tendência ao aumento das forças produtivas do trabalho que tem por resultado a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção e reprodução dos seres humanos. O aumento da produtividade do trabalho possibilita diminuir os esforços dispendidos no processo de reprodução social, que por sua vez, afastam as barreiras puramente biológicas no ser social (LUKÁCS, 2007).

Isto é, uma das características do desenvolvimento social “é a tendência à diminuição do tempo de trabalho necessário a sua reprodução material”, argumenta Lessa (2012, p. 34). Por conseguinte, “[a]s atividades de trabalho (a conversão da natureza em produtos sociais) tendem, conforme avança o processo de socialização, a ocupar uma quantidade cada vez menor de indivíduos e de horas trabalhadas” (Ibidem, p. 34).

Posto dessa forma, “[d]a pré-história aos dias de hoje, com o desenvolvimento das forças produtivas e com a conseqüente diminuição do tempo necessário à reprodução material, há a tendência espontânea à queda da proporção dos trabalhadores na população total” e, conseqüentemente, “o desenvolvimento das forças produtivas nada mais significa que o trabalho (intercâmbio material com a natureza) tende a ser central na vida cotidiana de uma parcela cada vez menor da população” (Ibidem, p. 33).

O predomínio da abundância da riqueza e a introdução de tecnologias capazes de diminuir de forma drástica o tempo necessário para a produção da riqueza social, características do período pós-revolução industrial, se exemplifica na tendência “segundo a qual a crescente socialidade da produção se manifesta não simplesmente como aumento dos produtos, mas também como diminuição do trabalho socialmente necessário para fabricá-los” (LUKÁCS, 1979, p. 82).

Por último, depara-se a terceira tendência que explicita o desenvolvimento geral da sociedade, a saber, o aumento da consciência com o gênero humano. O desenvolvimento do ser social “cria ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares

originariamente pequenas e autônomas, as quais no início – de modo objetivo e real - compunham o gênero humano”. Enquanto formas isoladas e distintas de sociedade, os seres humanos, divididos em classes sociais, muitas vezes não se reconhecem enquanto pertencente ao gênero humano. Todavia, “[o] predomínio econômico do mercado mundial, que hoje se afirma cada vez mais fortemente, mostra que a humanidade já se unificou, pelo menos no sentido econômico geral” (LUKÁCS, 2007, pp. 237-238).

Essa tendência no desenvolvimento do ser social, segundo Lukács (1979, p. 148, adendo acrescido), “leva tanto a uma maior (...) [sociabilidade] nas formas de contato dos homens entre si, quanto, ao mesmo tempo, a uma integração das comunidades menores em comunidades cada vez mais amplas e complexas”. De outro modo, “a articulação recíproca dos vários complexos sociais aumenta constantemente, em termos extensivos e intensivos”.

A emergência do capitalismo enquanto modo de produção totalizador da dinâmica social possibilitou que “primeira vez na história, o capitalismo cria uma efetiva economia mundial, a ligação econômica de todas as comunidades humanas entre si”. Mais do que isso, “[o] nascimento do gênero humano em sentido social é o produto necessário (...) do desenvolvimento das forças produtivas” (LUKÁCS, 1979, p. 148).

Sob esses aspectos, é possível compreender que se está “diante de tendências importantes, decisivas, da transformação tanto externa quanto interna do ser social, através das quais esse último chega à forma que lhe é própria”. De outro modo, “o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade” (LUKÁCS, 2007, p. 238).

O que pode ser chamado atenção nesse momento, portanto, é que, ao compreender que a dinâmica do desenvolvimento do ser social se apresenta no recuo cada vez maior das categorias naturais em direção à sociabilidade pura, Marx edificou os pilares de uma concepção ontológica do desenvolvimento. Nas palavras de Lukács (1979, p. 53):

Sem nem sequer aflorar a riqueza de detalhes (...), gostaríamos de observar que Marx — no momento em que estuda a explicitação de um qualquer complexo de fatos, de uma categoria qualquer, na

direção da socialidade pura — coloca com isso as bases de uma teoria ontológica do desenvolvimento do ser social.

Essas tendências essenciais do desenvolvimento social, no nível de abstração mais elevado, caracterizam os aspectos mais gerais de tal processo. É evidente, contudo, que as particularidades do desenvolvimento de determinada formação social são sempre presentes. O caso do período histórico marcado pelo modo de produção capitalista não é diferente. O desenvolvimento dessa formação social compreende-se pela operação das leis internas da dinâmica do capital, no qual será objeto do próximo capítulo.

#### **4 A DESIGUALDADE DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR E DOMINAÇÃO INTERNACIONAL**

Apontados os caminhos percorridos no capítulo anterior, o objetivo central desse último capítulo é evidenciar o caráter propriamente desigual com que o desenvolvimento especificamente capitalista ocorre através da transferência de mais-valor entre os capitais no âmbito do mercado mundial, dando as bases para uma relação de dominação internacional entre os capitais dos diferentes países.

No que concerne à sociedade propriamente capitalista, como exposto no capítulo anterior, em Marx desenvolvimento refere-se ao aumento no grau de penetração da lógica do capital nas relações sociais acometidas por suas contradições, e não uma situação de ausência material para uma plethora. De outro modo, historicamente, no modo de produção capitalista, "a noção de *desenvolvimento* significa o desenrolar contraditório, dialético, das leis de tendência" que são constitutivas desse modo de produção. Ou ainda, se "entende que esse processo pressupõe desenvolverem-se (...) no sentido do desenrolar das leis gerais do modo de produção" (CARCANHOLO, 2013, p. 193, grifo no original).

Para poder compreender a desigualdade do desenvolvimento capitalista é fundamental seguir os passos da crítica da economia política de Marx, isto é, seu método de exposição em *O Capital*. Por outro lado, é de grande importância compreender como a dinâmica do capital engendra as relações sociais.

A partir dos desdobramentos da lei do valor, mais precisamente, as tendências expostas por Marx na "Lei geral de acumulação capitalista" no capítulo XXIII do livro I de *O Capital*, são uma chave para compreender a desigualdade do desenvolvimento capitalista. As tendências de centralização e aumento da composição orgânica do capital são fatores essenciais para a transferência de mais-valor no âmbito internacional. Tendências essas que Marx buscou analisar nos casos clássicos de desenvolvimento capitalista, a Inglaterra.

Mesmo que Marx não tenha estudado as relações dos capitais no mercado mundial, Marini (2008) e Dussel (1988) fornecem, a partir de Marx,

concepções teóricas adequadas para compreender a desigualdade do desenvolvimento capitalista. Percebe-se que os países que possuem capitais mais desenvolvidos tendem a se apropriar do mais-valor dos capitais menos desenvolvidos. Essa transferência de mais-trabalho se encontra também no âmbito das relações entre os países no mercado mundial. Dessa forma, como medida compensatória, os países com capital menos desenvolvidos necessitam aumentar o grau de exploração do trabalho em seu território.

Por conseguinte, a relação desigual do desenvolvimento capitalista se apresenta na transferência de mais-valor do país com capital menos desenvolvido para o mais desenvolvido em uma relação de dominação internacional.

Para visualizar esse fenômeno, o capítulo inicia com os passos do método da crítica da economia política de Marx. Na segunda seção se busca expor as características da relação social do capital. Na terceira seção são elencadas as leis gerais de acumulação capitalista. Por último, se evidencia a relação de dominação internacional em decorrência da transferência de mais-valor entre os países.

#### 4.1 A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA E SEU MÉTODO

A fim de estabelecer melhor ordenamento para expor a desigualdade do desenvolvimento capitalista, é de grande importância retomar os passos percorridos por Marx na elaboração de sua crítica da economia política. Para tanto, é necessário o entendimento do modo como Marx ordena e expõe as categorias fundamentais da compreensão da dinâmica da sociedade burguesa.

Em se tratando do ordenamento das categorias da Crítica da Economia Política, o texto com que Marx se debruça, de forma explícita, em questões metodológicas para apresentar a ordenação de tal crítica encontra-se na seção *O método da economia política da Introdução de 1857*. Embora não seja um esboço direcionado sobre metodologia, essa seção fornece as devidas colocações sobre o trajeto metodológico percorrido por Marx na exposição das categorias encontradas em *O Capital*<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Uma advertência ao leitor deve ser colocada: em Marx é impossível separar o método do objeto. Se separados, a análise recairia em um idealismo estranho a teoria social marxiana. O

O ponto de partida de Marx (2011, p. 77) é contrastar seu método analítico com o método “que tomou historicamente a Economia em sua gênese”. Apresenta-se inicialmente como correto, diz Marx, que a análise das relações sociais se inicie pelo realmente existente e pelo concreto. Se a análise diz respeito à Economia, é fundamental começá-la pelo ator social da produção, a população.

No entanto, em um exame mais atento, isso se apresenta como algo falso na medida em que a “população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída” (Ibidem). Começar metodologicamente pela população, segundo Marx (2011, p. 77) corresponderia a “uma representação caótica do todo”. Isso porque a população é constituída de classes sociais, que por sua vez, “são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc.”, que em seu interior pressupõe “troca, divisão do trabalho, preço (...)”. Mais do que isso, o “capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço”.

Esse modo de exposição se encontra nos economistas do século XVII que em sua imediaticidade “começam sempre com o todo vivente, a população, a nação, o Estado, muitos Estados etc.; mas sempre terminam com algumas relações determinantes, abstratas e gerais, tais como divisão do trabalho, dinheiro, valor (...)” (Ibidem).

Por outro lado, a forma caótica de representação do todo, em análise mais precisa, “chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples” (Ibidem, 77, adendo da edição). Estabelecidas às determinações do todo mais simples, a partir de então se pode “dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Ibidem, 77).

Para Marx (2011, pp. 77-78), esse último corresponde ao “método cientificamente correto”. Ou seja:

---

próprio objeto de análise é o ponto de partida para entendê-lo. A seção tem apenas o intuito de esclarecer o caráter ontológico da análise de Marx.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento.

De acordo com Kosik (2002, pp. 36-37), “[a] ascensão do abstrato ao concreto é um movimento para o qual todo início é abstrato e cuja dialética consiste na superação desta abstratividade”. Mais do que isso, a progressividade do abstrato ao concreto é, dessa forma, “em geral movimento da parte para o todo e do todo para a parte; do fenômeno para a essência e da essência para o fenômeno; da totalidade para a contradição e da contradição para a totalidade” (Ibidem).

O erro de Hegel, segundo Marx, foi não compreender que o real não pode ser resultado do pensamento, mas sim apropriação do concreto pelo pensamento humano<sup>19</sup>. Nas palavras de Marx (2011, p. 78):

Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.

Analogamente, o que se apresenta agora é se a exposição que segue do mais simples (abstrato) ao mais complexo (concreto) para compreender com efetividade a totalidade também são categorias que antecedem, existencialmente, umas às outras, isto é, “[m]as essas categorias simples não têm igualmente uma existência independente, histórica ou natural, antes das categorias mais concretas? Isto depende” (MARX, 2011, p. 79).

---

<sup>19</sup> Segundo Marx (2011, p. 79): “O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível (...). O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação”.

Conforme mostra Marx, existem categorias mais abstratas que já em sua análise tem como pressuposto um concreto mais desenvolvido. Em suas palavras:

Não obstante, permanece sempre o fato de que as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva essa mesma categoria como uma relação subordinada (Ibidem, pp. 79-80).

A título de exemplo, segundo Marx, historicamente, a categoria dinheiro existiu com antecedência a existência de bancos, ao trabalho assalariado e ao capital. Ou seja:

A partir desse ponto de vista, portanto, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido que já tinham existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido que é expresso em uma categoria mais concreta. Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo (Ibidem, p. 80).

Com efeito, tal caminho que Marx busca percorrer, ou seja, do abstrato à totalidade concreta rica em determinações e relações, não pode ter como ponto de partida qualquer abstração. Como assinala Lukács, a concepção de Marx busca fazer uma rigorosa distinção entre essência e fenômeno. Dessa forma, ao se considerar isoladamente, qualquer fenômeno pode apresentar-se como ponto de partida da abstração. “O ponto de partida, ao contrário, deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico” (LUKÁCS, 1979, p. 46).

Como assinala Lukács:

Não é por acaso que Marx, em *O Capital*, examinou como categoria inicial, como "elemento" primário, o valor. E, em particular, examinou-o tal como ele se apresenta em sua gênese: por um lado, essa gênese nos revela a história de toda a realidade econômica num resumo generalíssimo, em abstrato, reduzida a um só momento decisivo; por outro, a escolha mostra imediatamente a sua fecundidade, já que essa categoria — juntamente com as relações e conexões que derivam necessariamente da sua existência — ilumina plenamente o que de mais importante existe na estrutura do ser social, ou seja, o caráter social da produção (Ibidem, p. 46).

É na mercadoria, forma da riqueza na sociedade burguesa, “forma econômica celular” (MARX, 2013, p. 113) desse modo de produção, que estão contidas as contradições imanentes dessa sociedade, portanto, o ponto de partida da análise em sentido de concreção. Ao analisar a mercadoria e a gênese social do valor, Marx expõe um duplo caráter em seu método analítico. Em primeiro lugar, seu método “não é nem uma dedução lógica do conceito de valor, nem uma descrição indutiva das fases históricas singulares do desenvolvimento que o levou a adquirir a forma social pura” (LUKÁCS, 1979, p. 46).

Por outro lado, o método de Marx é síntese de um tipo jamais visto anteriormente, “que associa de modo teórico-orgânico a ontologia histórica do ser social com a descoberta teórica das suas leis concretas e reais” (Ibidem). Como argumenta Lukács, a centralidade da mercadoria, do valor, como princípio de análise da sociedade burguesa não pode ser derivada de uma escolha subjetiva do cientista, mas se apresenta como uma necessidade, “é um fato ontológico e não um “axioma”, que sirva de ponto de partida segundo motivações puramente teóricas ou mesmo lógicas” (Ibidem, p. 46).

Em polêmica com o entendimento do método de Marx como lógico-gnosiológico para a análise das relações sociais, argumenta Chasin (2009 p. 89, grifos no original) que:

Conferida a natureza ontológica do pensamento marxiano, é fértil principiar esta parte derradeira por uma honesta provocação: a rigor, não há uma *questão de método* no pensamento marxiano. (...) Se por método se entende uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx.

O que Chasin chama atenção é para o fato de que, diferentemente das metodologias que aplicam esquemas teóricos à realidade, Marx tem como ponto de partida o realmente existente, “arrancando” da realidade suas categorias e “leis do movimento”. Ou seja, qualquer tentativa de apreensão da realidade por uma suposta aplicação de esquemas teóricos *a priori* não é compatível com o método de Marx. Nesse sentido, Marx não fornece uma lógica qualquer, fornece a lógica do movimento do seu objeto de estudo, o

capital. Como bem observa Lenin (2011, p. 201, grifos no original), “(...) Marx não nos deixou a *Lógica* (com L maiúsculo), deixou-nos a *lógica* de *O capital*”.

Como argumenta Marx (2011, pp. 85-85, grifos acrescentados):

Como em geral em toda ciência histórica e social, no curso das categorias econômicas é preciso ter presente que o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, **as categorias expressam formas de ser, determinações de existência**, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, *também do ponto de vista científico*, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela *enquanto tal*. É preciso ter isso em mente, porque oferece elemento decisivo para a subdivisão. Nada parece mais natural, por exemplo, do que começar pela renda da terra, pela propriedade da terra, visto que está ligada à terra, fonte de toda riqueza e de toda existência [*Dasein*], e à primeira forma de produção de todas as sociedades mais ou menos estabilizadas – a agricultura. Mas nada seria mais falso. Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações.

Pode-se enfatizar, dessa forma, que a peculiaridade do método de Marx afasta-se dos métodos dedutivos cuja compreensão de um fenômeno tem por seu fundamento o entendimento lógico qualquer, com a aplicação ao objeto analisado de pressupostos e hipóteses pré-estabelecidos. Por outro lado, “a presença da crítica ontológica como ferramenta da investigação, da escavação de abstrações, afasta o método marxiano das generalizações indutivistas” (AUGUSTO, 1999, p. 138).

Portanto, os elementos que constituem a crítica de Marx a economia política tem como base fundamental o contínuo caminho que as categorias mais abstratas já possuem em seu interior as contradições imanentes das categorias mais complexas. Por exemplo, as tendências essenciais da lei geral de acumulação capitalista têm como base a lei do valor, que por sua vez, decorre da forma celular de riqueza no capitalismo, a mercadoria.

#### 4.2 VALOR, DINHEIRO E CAPITAL

A fim de compreender como ocorre o fenômeno do desenvolvimento desigual no domínio das relações capitalistas, é fundamental percorrer o caminho das categorias fundamentais para entender a dinâmica desse modo

de produção. Não obstante, para seguir na exposição dos princípios básicos da transferência de mais-valor no âmbito do mercado mundial e a ocorrência de relações de dominação internacional, a pedra angular diz respeito de como o capital engendra a dinâmica social.

Como ponto de partida, deve-se compreender que a história da relação entre homem e natureza é a história de sua transformação em valores de uso para o homem. Isto é, como exposto no capítulo anterior, o ser humano precisa, necessariamente, transformar a natureza para tirar seus meios de subsistência. Ao transformar a natureza, o homem cria algo útil para si.

Como exposto por Marx (2013, p. 157), logo no início do capítulo primeiro de *O Capital*, “[a] riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias””, isto é, além de se apresentar como valor de uso e também valor de troca, adicionalmente, a produção mercantil incorpora a dimensão social: o valor<sup>20</sup>.

Abstraindo o caráter útil das mercadorias, diz Marx, resta-lhes uma característica única, a de serem “produtos do trabalho” humano. Isto é, retirando a característica de valor de uso, “[t]odas as suas qualidades sensíveis foram apagadas”. Nela também desaparece todo o trabalho “do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro” conjuntamente como todo o trabalho “produtivo determinado”. Ao abstrair a dimensão útil, valor de uso, conseqüentemente, some a dimensão útil dos trabalhos que estão representados nas mercadorias. Dessa forma, “também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (Ibidem, pp. 160-161).

Segue Marx ao argumentar sobre os resquícios dos produtos do trabalho:

---

<sup>20</sup> Em carta endereçada a Kugelmann em 1868, Marx (1982. P. 455) expõe seu descontentamento com a não compreensão do valor como relação social e sua comprovação: “(...) mesmo se no meu livro não houvesse capítulo nenhum acerca do “valor”, a análise das relações reais que eu dou conteria a prova e a demonstração da relação de valor real. A conversa sobre a necessidade de demonstrar o conceito de valor assenta apenas na mais completa ignorância tanto acerca da coisa de que se trata como acerca do método da ciência. Qualquer criança sabe que uma nação morreria se parasse de trabalhar não direi por um ano mas por algumas semanas. Sabe igualmente que as massas de produtos correspondentes a diferentes massas de necessidades requerem massas diferentes e quantitativamente determinadas do trabalho social total”.

Deles não restou mais do que uma mesma objetividade fantasmagórica, uma simples geleia [*Gallerte*] de trabalho humano indiferenciado, *i.e.*, de dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio. Essas coisas representam apenas o fato de que em sua produção foi despendida força de trabalho humana, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social que lhes é comum, elas são valores – valores de mercadorias.

Nas relações de intercâmbio de mercadorias, “seu valor de troca [se apresenta] como algo completamente independente de seus valores de uso”, portanto, se agora desconsiderasse o caráter útil, valor de uso, “produtos do trabalho, obteremos seu valor como ele foi definido anteriormente”. Isto é, o componente, “[o] elemento comum, que se apresenta na relação de troca ou valor de troca das mercadorias, é, portanto, seu valor” (Ibidem, p. 161, adendo acrescido).

Por conseguinte, “um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (Ibidem, p. 161). Para medir a magnitude do valor deve-se atentar para o elemento que forma tal relação social, isto é, o trabalho humano contido. A mensuração da magnitude do valor reside numa média social do trabalho para produzir as mercadorias na sociedade, um tempo médio socialmente necessário de trabalho. “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”<sup>21</sup> (Ibidem, p. 162).

Sinteticamente, o trabalho na sociedade regulada pela relação social do valor é condensado em uma média de trabalho social para produção de mercadorias. De modo que:

Como regra geral, quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor seu valor. Inversamente, quanto menor a força produtiva do trabalho, maior o tempo de trabalho necessário para a produção de um artigo e maior seu valor. Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria varia na

---

<sup>21</sup> Diz Marx (2013, p. 162) que: “Após a introdução do tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, passou a ser possível transformar uma dada quantidade de fio em tecido empregando cerca da metade do trabalho de antes. Na verdade, o tecelão manual inglês continuava a precisar do mesmo tempo de trabalho para essa produção, mas agora o produto de sua hora de trabalho individual representava apenas metade da hora de trabalho social e, por isso, seu valor caiu para a metade do anterior”.

razão direta da quantidade de trabalho que nela é realizado e na razão inversa da força produtiva desse trabalho (Ibidem, p. 164).

Na medida em que as mercadorias se defrontam umas com as outras como valores, é fundamental que no processo de troca haja um arcabouço legal para que esse fenômeno ocorra. Isto é, a necessidade de uma base institucional para que a troca de valores se realize. A fim de que as mercadorias possam se relacionar “umas com as outras como mercadorias”, diz Marx, é fundamental que “seus guardiões (...) [tenham] de estabelecer relações uns com os outros”. Dessa forma, a “relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica é dado pela própria relação econômica” (Ibidem, p. 219, adendo acrescido).

Como Marx aponta, na estrutura socioeconômica mercantil os indivíduos são reduzidos a meros possuidores de mercadorias, de valor, isto é, no processo de troca, os indivíduos não são mais que “personificações das relações econômicas” (MARX, 2013, p. 219). Como para satisfazer suas necessidades privadas o indivíduo precisa “ir” até o mercado (vínculo que relaciona socialmente indivíduos) para realizar a troca, ou seja, “[c]ada possuidor de mercadorias só quer alienar sua mercadoria em troca de outra mercadoria cujo valor de uso satisfaça sua necessidade”, nessa relação “não é possível que, simultaneamente para todos os possuidores de mercadorias, o mesmo processo seja exclusivamente individual e, ao mesmo tempo, exclusivamente social geral” (Ibidem, p. 221).

Na complexidade das relações de troca, os possuidores de mercadoria só podem “relacionar suas mercadorias umas com as outras como valores”, e, sobretudo, quando se relacionam com uma mercadoria que ganha o posto de “equivalente universal” (Ibidem, p. 221). Através da ação social<sup>22</sup> dos homens, uma mercadoria determinada é “excluída” de suas determinações casuais e ganha o posto de equivalente universal, “na qual todas elas [mercadorias] expressam universalmente seu valor” (Ibidem, p. 222, adendo acrescido). Dessa forma, “ela se torna – dinheiro” (Ibidem, p. 222).

Nas palavras de Marx (2013, p. 222):

---

<sup>22</sup> Para Marx (2013, p. 222), “(...) somente a ação social pode fazer de uma mercadoria determinada um equivalente universal”.

O cristal monetário [*Geldkristall*] é um produto necessário do processo de troca, no qual diferentes produtos do trabalho são efetivamente equiparados entre si e, desse modo, transformados em mercadorias. A expansão e o aprofundamento históricos da troca desenvolvem a oposição entre valor de uso e valor que jaz latente na natureza das mercadorias. A necessidade de expressar externamente essa oposição para o intercâmbio impele a uma forma independente do valor da mercadoria e não descansa enquanto não chega a seu objetivo final por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro. Portanto, na mesma medida em que se opera a metamorfose dos produtos do trabalho em mercadorias, opera-se também a metamorfose da mercadoria em dinheiro.

O dinheiro aparece na sociedade mercantil como a mercadoria que se apresenta como símbolo da riqueza. Não obstante, a característica social de que o dinheiro ganha caráter autônomo das demais mercadorias no momento em que “a forma de equivalente universal se mescla com a forma natural de um tipo particular de mercadoria ou se cristaliza na forma-dinheiro”. A relação inversa se mostra quando uma mercadoria “não *parece* se tornar dinheiro porque todas as outras mercadorias representam nela seus valores, mas, ao contrário, estas é que parecem expressar nela seus valores pelo fato de ela ser dinheiro” (Ibidem, p. 228, grifo no original).

Ao não se manifestar de forma visível nas relações sociais de que o dinheiro, representado em ouro ou prata, por exemplo, é consequência “imediate de todo trabalho humano”, de acordo com Marx, “daí a mágica do dinheiro” (Ibidem, p. 228), isto é, “por isso, é o deus entre as mercadorias” (MARX, 2011, p. 245).

As relações autonomizada das relações sociais na sociedade mercantil surgem na medida em que as relações entre os homens “[é] apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p. 206). Surge uma dinâmica incontrolável dessas relações entre os seres humanos na sociedade mercantil, isto é, nessas relações há “um poder social que lhes é *estranho*, que está acima deles; sua própria interação [aparece] como processo e poder independentes deles” (MARX, 2011, p. 212, grifo no original, adendo da edição).

De acordo com Marx:

O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada [*sachliche*] de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos de seu trabalho assumem universalmente a forma da mercadoria. Portanto, o enigma do fetiche do dinheiro não é mais do que o enigma do fetiche da mercadoria, que agora se torna visível e ofusca a visão (MARX, 2013, p. 228).

O dinheiro, dessa forma, representa a manifestação efetiva como meio de equiparar os diversos trabalhos humanos, nas diversas mercadorias, na sociedade mercantil. Segundo Marx, o preço de uma mercadoria representa a manifestação do seu valor, entretanto, “a mercadoria *não* é preço (...), mas *tem* um preço” (MARX, 2011, p. 203, grifos no original). Isto é, o preço é uma representação da mercadoria. “O preço é uma propriedade da mercadoria, uma determinação na qual ela é *representada* como dinheiro” (Ibidem, p. 203).

De acordo com Marx (2013, p. 231):

O preço ou a forma-dinheiro das mercadorias é, como sua forma de valor em geral, distinto de sua forma corpórea real e palpável, portanto, é uma forma apenas ideal ou representada. O valor do ferro, do linho, do trigo etc., apesar de invisível, existe nessas próprias coisas; ele é representado por sua igualdade com o ouro, numa relação que só assombra no interior de suas cabeças. Por isso, a fim de informar seus preços ao mundo exterior, o detentor das mercadorias tem ou de passar a língua em suas cabeças, ou nelas fixar etiquetas.

Na circulação simples, o dinheiro representado serve de medida de valor, metais como ouro e prata, por exemplo, e o preço depende do material do dinheiro propriamente dito, ou seja, “a quantidade de trabalho humano que, por exemplo, está contida em 1 tonelada de ferro, é expresso numa quantidade representada da mercadoria-dinheiro que contém a mesma quantidade de trabalho” (Ibidem, p. 232). Não obstante, o ouro ou a prata tem um duplo papel, “é medida de valor por ser a encarnação social do trabalho humano e padrão de preços por ser um peso metálico estipulado” para circulação das mercadorias (Ibidem, p. 233).

Nesse sentido, o dinheiro aparece na circulação como mediador entre a compra e a venda das mercadorias<sup>23</sup>, transitando nas mãos de seus

---

<sup>23</sup> “A forma-preço inclui a possibilidade da venda das mercadorias por dinheiro e a necessidade dessa venda” (MARX, 2013, p. 24).

possuidores, de forma que “[o] processo de troca da mercadoria se consuma, portanto, na seguinte mudança de forma: Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria M-D-M” (Ibidem, p. 242).

De acordo com Marx, nos *Grundrisse*, porquanto o dinheiro:

(...) realiza o preço, sua existência material como ouro e prata é essencial; mas na medida em que essa realização é apenas fugaz e deve suprimir a si mesma, essa existência material é *indiferente*. É somente uma *aparência*, como se se tratasse de trocar a mercadoria por ouro ou prata como uma mercadoria particular; uma aparência que desvanece quando o processo está concluído, tão logo o ouro e a prata são de novo trocados por mercadoria e, com isso, mercadoria é trocada por mercadoria. Por essa razão, o ouro e a prata como simples meio de circulação, ou o meio de circulação como ouro e prata, é indiferente com respeito a sua qualidade como uma mercadoria natural particular (MARX, 2011, p. 239, grifos no original).

O processo de independência da forma-dinheiro do seu valor ocorre com o processo de desenvolvimento da circulação de mercadorias. É tarefa do Estado moderno “a determinação do padrão dos preços” bem como “a cunhagem de moedas” (MARX, 2013, p. 266). Na circulação, diz Marx, ocorre o desgaste das moedas de ouro, com isso, “conteúdo nominal e conteúdo real iniciam seu processo de separação”<sup>24</sup> (Ibidem, pp. 266-267). De forma mais evidente ocorre com a prata ou cobre, que possuem um desgaste superior ao do ouro. Seu caráter de moeda se desvincula, dessa forma, do seu corpo, “isto é, de todo valor” (Ibidem, p. 268).

De acordo com Marx, portanto, o ouro é substituído por outro *signo*:

Assim, a existência do ouro como moeda se separa radicalmente de sua substância de valor. Coisas relativamente sem valor, como notas de papel, podem, portanto, funcionar como moeda em seu lugar. Nas senhas metálicas, o caráter puramente simbólico ainda se encontra de certo modo escondido. No papel-moeda, ele se mostra com toda evidência. Como se vê, *ce n'est que le premier pas que coûte* [difícil é apenas o primeiro passo] (Ibidem, p. 268, adendo da edição).

Como foi apontada, a produção de mercadorias e sua circulação em um ambiente jurídico e institucional, através do comércio, formam uma base da sociedade mercantil. Para Marx, é através da circulação de mercadorias que se

---

<sup>24</sup> Segundo Marx (2013, p. 267): “O ouro, como meio de circulação, diverge do ouro como padrão dos preços e, com isso, deixa também de ser o equivalente efetivo das mercadorias, cujos preços ele realiza. A história dessas confusões forma a história monetária da Idade Média e da época moderna até o século XVIII”.

segue “o ponto de partida do capital”. Dessa forma, como mostra, esses dois elementos “formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital” (Ibidem, p. 289).

O processo de metamorfose do dinheiro em capital, diferentemente da circulação simples de mercadorias, cujo princípio é “a venda e termina com a compra”, tem como processo o seu oposto, isto é, “a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda” (MARX, 2013, p. 291).

Viu-se que na circulação simples de mercadorias sua forma imediata aparece na “como conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria”, isto é, o processo M-D-M. Entretanto, conjuntamente com esse processo, aparece uma nova forma de circulação. Sua diferença reside que o ponto de partida é o dinheiro e seu resultado é sua reconversão em dinheiro. De outro modo, se apresenta na configuração de D-M-D, i.e. “conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender” (Ibidem, p. 290).

É justamente nessa última manifestação com que “o dinheiro que circula (...) torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital”. Em termos sintéticos, não há sentido, por exemplo, na formulação D-M-D, que o resultado seja igual ao ponto de partida. Diante dessa lógica de “comprar para vender” o pressuposto básico é que ao final da circulação haja um resultado a mais, superior, do que estava estabelecido no ponto de partida, isto é, “seria absurdo e vazio se a intenção fosse realizar, percorrendo seu ciclo inteiro, a troca de um mesmo valor em dinheiro pelo mesmo valor em dinheiro” (Ibidem, p. 290).

O que pode ser visualizado é que no intercâmbio de mercadorias o que ocorre ao final do ciclo é, conseqüentemente, “D-M-D’, onde  $D' = D + \Delta D$ , isto é, à quantia de dinheiro inicialmente adiantada mais um incremento. Esse incremento, ou excedente sobre o valor original, chamo de mais-valor (*surplus value*)” (Ibidem, p. 294).

O surgimento desse mais-valor reside em uma mercadoria com características peculiares. Uma mercadoria que é capaz de produzir mais-valor. Isto é, a força de trabalho. O consumo da força de trabalho enquanto mercadoria é a responsável pela criação do excedente ou mais-valor.

Conforme Marx (2013, p. 349, adendo da edição), a transformação do dinheiro em capital:

(...) ocorre no interior da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, fora dela. Ele é mediado pela circulação, porque é determinado pela compra da força de trabalho no mercado. Mas ocorre fora da circulação, pois esta apenas dá início ao processo de valorização, que tem lugar na esfera da produção. E assim está “*tout pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*” [Tudo ocorre da melhor maneira ao melhor dos mundos possíveis].

Não obstante, portanto, o valor que entra na circulação não tem como característica “conservar-se na circulação”, pelo contrário, tem como fundamento valorizar-se, “modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital” (Ibidem, p. 294).

Ao transformar o dinheiro em mercadorias, que servem de matérias para a criação de novos produtos ou como fatores do processo de trabalho, ao incorporar força viva de trabalho à sua objetividade morta, o capitalista transforma o valor – o trabalho passado, objetivado, morto – em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a “trabalhar” como se seu corpo estivesse possuído de amor (Ibidem, p. 359).

Nesse ciclo oposto a circulação simples de mercadorias, a compra para a venda tem um fim igualmente estabelecido ao ponto de partida: “dinheiro, valor de troca, e, desse modo, o movimento é interminável”. Capital, portanto, em sua forma geral, é valor que se valoriza. Seu objetivo, sua *conditio sine qua non* “é a valorização do valor” (Ibidem, p. 295).

Como mostra Marx (2013, pp. 298-299):

A circulação do dinheiro como capital é (...) um fim em si mesmo, pois a valorização do valor existe apenas no interior desse movimento sempre renovado. O movimento do capital é, por isso, desmedido. O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D', dinheiro que cria dinheiro – *money which begets money* – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas.

Para Marx, portanto, a finalidade do movimento do capital é expansão da sua grandeza do valor. Marx (2011, p. 418, grifos no original) comenta, nos *Grundrisse*, a natureza “insaciável” do capital:

Se o capital cresce de 100 para 1.000, o 1.000 é agora o ponto de partida de onde o aumento tem de se dar; a decuplicação de 1.000% não conta para nada; lucro e juro, por seu lado, devêm eles mesmos capital. *O que aparecia como mais-valor, aparece agora como simples pressuposto etc.*, como incorporado à *própria existência simples* do capital.

O sentido se apresenta na diferença quantitativa do valor inicial e o final. Através da criação do excedente, através do consumo da força de trabalho, a sociedade regida pelo capital se movimenta. Em conformidade com Marx (2013, p. 841):

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago.

Assim, algumas considerações patenteiam essa forma de relação social. Em primeiro lugar, a relação social do capital se apresenta como autônoma, incontrolável<sup>25</sup> pelos ser humanos. Por outro lado, fica evidente a dinâmica autoexpansiva do capital. Dinâmica essa que como se verá a seguir engendra as tendências imanentes da acumulação capitalista.

#### 4.3 A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Marx (2013), já no livro primeiro de *O Capital*, no capítulo XXIII “A lei geral da acumulação capitalista”, analisa as tendências do movimento do capital e extrai da dinâmica real do objeto que, no modo de produção capitalista, a produção da riqueza social de um lado, necessariamente, produz pobreza para a classe trabalhadora do outro.

---

<sup>25</sup> Para uma releitura atual, indica-se que Mészáros (2002) retoma, a partir de Marx, a incontrolabilidade do sistema do capital.

Em primeiro lugar, Marx (2013, pp. 835-836) diferencia a composição do capital em dois momentos. Do ponto de vista do valor, o capital se divide em capital constante – meios de produção expressos em valor – e capital variável – valor da força de trabalho, compreendida como a soma dos salários. No que concerne ao processo produtivo, “aspecto da matéria”, o capital se divide em meios de produção e força de trabalho, expressa pela “proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego”. A primeira é definida como composição de valor do capital, a segunda de composição técnica. Esses dois sentidos considerados do capital possuem uma correlação próxima. “Para expressá-la, chamo a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital”.

Marx (2013, p. 841) aponta que o capitalismo tem por característica básica a valorização crescente do capital, tem por fundamento a reprodução ampliada. A compra da força de trabalho, produtora de mais-valor, tem por objetivo último “a valorização [do] capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que [se] paga”. Ou ainda, “A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago”.

Ou seja, para o modo de produção capitalista, como se argumentou anteriormente, o modo de produção capitalista tem como objetivo a produção de mais-valor. A dinâmica autoexpansiva do capital apresenta-se da seguinte forma:

Se, portanto, certo grau da acumulação do capital aparece como condição do modo de produção especificamente capitalista, este último provoca, em reação, uma acumulação acelerada do capital. Com a acumulação do capital desenvolve-se, assim, o modo de produção especificamente capitalista e, com ele, a acumulação do capital (Ibidem, p. 849).

Marx (2013) identifica três tendências básicas na dinâmica de acumulação capitalista. A primeira delas diz respeito à tendência de concentração de capital. A segunda compreende a tendência de centralização

do capital. Por último, Marx expõe a tendência ao aumento da composição do capital.

A tendência à concentração pode ser explicitada na forma como o modo de produção capitalista tem sua reprodução sempre em escala ampliada. Implica, necessariamente, em acumulação de meios de produção e trabalho concentrados para os capitalistas. Dado o movimento autoexpansivo do capital, a acumulação de mais-valor e seu reinvestimento em novo ciclo produtivo possibilita a reprodução em escala ampliada. A acumulação, portanto, sempre se dá de forma renovada, partindo-se de um ponto de partida mais elevado. Dessa forma, o resultado esperado é o aumento como um todo do capital na sociedade capitalista. “O crescimento do capital social se consuma no crescimento de muitos capitais individuais”. Portanto, “(...) crescem os capitais individuais e, com eles, a concentração dos meios de produção na proporção em que constituem partes alíquotas do capital social total” (Ibidem, p. 850).

A tendência à centralização do capital é descrita por Marx como a tendência à concentração dos capitais individuais já existentes e que são cada vez mais centralizados em mãos capitalistas individuais. De outro modo, diz respeito à transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores. “É concentração de capitais já constituídos, supressão [*Aufhebung*] de sua independência individual, expropriação de capitalista por capitalista, conversão de muitos capitais menores em poucos capitais maiores” (Ibidem, p. 851).

A centralização ocorre através da concorrência capitalista. Os capitais com maior magnitude que possuem por intermédio uma maior produtividade do trabalho e uma maior escala produtiva vencem os capitais menores. “A concorrência aflora ali na proporção direta da quantidade e na proporção inversa do tamanho dos capitais rivais”. O resultado é “a ruína de muitos capitalistas menores, cujos capitais em parte passam às mãos do vencedor, em parte se perdem” (Ibidem, p. 852). A forma de concorrência se apresenta como um dos pilares para a compreensão da desigualdade do desenvolvimento capitalista, no qual se verá ao final do capítulo.

Outro ponto salientado por Marx (2013) diz respeito que o processo de centralização não depende, necessariamente, do crescimento do capital social em volume. Esse aspecto é o que distingue a concentração da centralização de

capital. A centralização pode ocorrer pela mudança na alteração dos capitais que já existem, pela modificação dos componentes o capital. Pequenos capitais que não conseguem sobreviver à concorrência nos períodos de crise são incorporados, ‘engolidos’, pelos capitais maiores, no qual possibilita compreender posteriormente a transferência de mais-valor sem criá-la. Como se verificará posteriormente, a migração dos capitais com maior magnitude para se apropriar de mais-valor de outros capitais, através da concorrência, é uma pedra angular para a formação da taxa média de lucro, característica importante para compreender a transferência de mais-valor no nível internacional.

A última tendência, o aumento da composição do capital, compreende a relação das partes integrantes do capital. Recorda-se que o componente constante do capital diz respeito aos meios de produção e o componente variável à força de trabalho. O crescimento do capital global, “também aumenta, na verdade, seu componente variável, ou seja, a força de trabalho nele incorporada, porém em proporção cada vez menor” (Ibidem, p. 856).

Dado o impulso imanente do modo de produção capitalista em aumentar a produtividade do trabalho, a tendência básica é superar os limites de acumulação através do aumento da composição do capital. Ou seja, para Marx (2013, p. 845), “dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, no curso da acumulação chega-se sempre a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se converte na mais poderosa alavanca da acumulação”.

Marx (2013, p. 856) argumenta que:

Os períodos em que a acumulação atua como mera ampliação da produção sobre uma base técnica dada tornam-se mais curtos. Para absorver um número adicional de trabalhadores de uma dada grandeza, ou mesmo por causa da metamorfose constante que o capital antigo sofre a fim de manter ocupados os trabalhadores já em funcionamento, requer-se não apenas uma acumulação acelerada do capital total em progressão crescente. Essa acumulação e centralização crescentes, por sua vez, convertem-se numa fonte de novas variações na composição do capital ou promovem a diminuição novamente acelerada de seu componente variável em comparação com o componente constante.

Em outras palavras, em períodos de acumulação de capital com composição constante, o modo de produção capitalista tende a absorver mão

de obra em um processo de proletarização dos indivíduos. Por outro lado, em períodos de acumulação intensiva, com aumento da produtividade, a tendência é tornar parte dos trabalhadores supérfluos. Marx (2013), então, compreende que essa população supérflua diz respeito a uma *superpopulação relativa/exército industrial de reserva*:

A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua (Ibidem, p. 857).

A contínua expansão da produção é o germe desse processo de ampliação da população supérflua. “Ela é criada pelo simples processo que “libera” constantemente parte dos trabalhadores, por métodos que reduzem o número de trabalhadores ocupados em relação à produção aumentada” (MARX, 2013, p. 860).

Percebe-se que no processo de acumulação de capital uma parte da população trabalhadora é excedente, subproduto “do desenvolvimento (...) capitalista” (Ibidem, p. 858). Mais do que isso:

(...) essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (Ibidem, p. 858).

Assim, uma consequência necessária lei geral de acumulação capitalista: quanto maior a riqueza, maior tem de ser a pobreza para a classe não detentora dos meios de produção, a classe trabalhadora. “Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância”, segue Marx (2013, p. 877), “a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Essa percepção já se encontrava nos Manuscritos quando Marx (2004, p. 80) apontava que a maior parcela da humanidade é “tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão”.

Ou seja, para Marx (2013, p. 875, grifos no original):

A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. *Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.*

Mas, “[c]omo todas as outras leis [tendências], ela é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias” (Ibidem, p. 875, adendo acrescido). A precariedade da classe trabalhadora no século XIX era visivelmente exposta com a emergência das grandes indústrias. Era o polo mais dinâmico de espoliação daqueles que vivem do trabalho. “A indústria era o polo da brutalidade salarial, onde vigorava o trabalho degradante, trabalho infantil por extensas jornadas de trabalho com remuneração abaixo da linha de subsistência”. Constituindo em um “modo de exploração intensiva e extensiva da força de trabalho” (ALVES, 2013, p. 245).

O ponto central para a exposição dos elementos dessa seção serve de amparo para compreender como a desigualdade do desenvolvimento capitalista se apresenta na concorrência entre os capitais no mercado mundial. Ademais, a categoria da composição orgânica do capital e a transferência de mais-valor entre capitais são fatores fundamentais para que isso ocorra. Dessa forma, nos é permitido uma visualização dessa relação econômica desigual entre os capitais no âmbito internacional.

#### 4.4 TRANSFERÊNCIA DE MAIS-VALOR E DOMINAÇÃO INTERNACIONAL

Se no *Prefácio da primeira edição de O Capital*, Marx pretende analisar a sociedade burguesa para além de abstrações isoladas, livre de perturbações, é notória a escolha da Inglaterra para analisar os desdobramentos do modo de produção capitalista em sua maior complexidade. Ou seja, dado que o objetivo de investigação “é o modo de produção capitalista e suas correspondentes relações de produção e de circulação. Sua localização clássica é, até o

momento, a Inglaterra”. Apresenta-se, assim, “a razão pela qual ela serve de ilustração principal à minha exposição teórica” (MARX, 2013, p. 113).

Em análise da *Introdução de 1957* pode ser percebido que Marx tinha como plano para a redação de *O Capital* se debruçar nas determinações relativas aos diversos capitais nacionais e sua interação no mercado mundial<sup>27</sup>. Porém, essa estrutura não se concretizou. Entretanto, se o método da *crítica da economia política* de Marx tem por base a apreensão das categorias mais abstratas rumo às mais concretas com ricas determinações e relações, é evidente que o resultado é as interações dos capitais no mercado mundial. Marx tratou, em *O Capital*, do capital em geral e na relação de dominação internacional “Marx brilló frecuentemente por su ausência” (DUSSEL, 1988, p. 312), o motivo é simples: “Sólo desde el mercado mundial hubiera podido tratar la” (Ibidem, p. 316).

No Livro I de *O Capital*, Marx (2013) evidencia o processo violento com que a gênese do modo de produção burguês se impôs na Europa Ocidental, mais precisamente, inicialmente na Inglaterra. O papel da violência na acumulação primitiva de capital forneceu as bases da expropriação para o desenvolvimento do capitalismo. Como argumenta Marx (2013, p. 963):

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.

Não obstante, as “tonalidades distintas” que se assumem em diferentes países podem ser compreendidas também nos países que iriam seguir um

---

<sup>27</sup> Segundo Marx (2011, p. 88): “1) as determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido explicado acima. 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado). 3) Síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração. 4) Relação internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio. 5) O mercado mundial e as crises”.

caminho similar de desenvolvimento capitalista. Se no *Prefácio da primeira edição* de *O Capital*, Marx lança aos alemães um destino similar ao dos ingleses ao exclamar “*De te fabula narratur* [A fábula refere-se a ti]!” (Ibidem, p. 113, adendo da edição), em nada diz respeito a um suposto determinismo fatalista, mas sim que os casos de desenvolvimento capitalista da Europa Ocidental percorreriam um caminho similar<sup>28</sup>. Ou seja, isso não diz respeito ao “grau maior ou menor de desenvolvimento dos antagonismos sociais decorrentes das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade” (Ibidem, p. 114).

Portanto, visualiza-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista é caracterizado por casos clássicos e não clássicos de desenvolvimento. O primeiro caso, aqueles analisados por Marx, mesmo que na forma do capital em geral, cuja expressão pode ser encontrada nos países da Europa Ocidental. O segundo, aqueles países que se inserem no mercado mundial de forma subalterna (MIRANDA, 2016; 2017).

Sem embargo, o ponto que deve ser salientado é que nos países de desenvolvimento não clássico no modo de produção capitalista só podem ter sua emergência através da imposição violenta do exterior. É dizer, países que adentraram ao modo de produção capitalista tardiamente somente o fizeram pela dominação estrangeira. A aplicação da violência extraeconômica pelos países de desenvolvimento clássico aos demais foi o meio para criar as novas circunstâncias produtivas (MIRANDA, 2017).

Por outro lado, a chave para compreender a desigualdade do desenvolvimento capitalista reside no modo como os capitais dos países se inserem no mercado mundial (Ibidem, 2017). De como os capitais diversos se relacionam economicamente uns com os outros. Isso porque, dado o caráter autoexpansivo do sistema do capital, não há limites nacionais para sua autorreprodução, “[o] mercado mundial (...) constitui ao mesmo tempo o pressuposto e o portador da totalidade” (MARX, 2011, p. 254).

---

<sup>28</sup> Nas palavras de Marx (2013, p. 113, adendo da edição): “(...) se o leitor alemão encolher farisaicamente os ombros ante a situação dos trabalhadores industriais ou agrícolas ingleses, ou se for tomado por uma tranquilidade otimista, convencido de que na Alemanha as coisas estão longe de ser tão ruins, então terei de gritar-lhe: *De te fabula narratur* [A fábula refere-se a ti]!”.

Como argumenta Marx (2011, p. 347) nos *Grundrisse*, o mercado mundial “é simultaneamente o [mercado] interno de todos os mercados estrangeiros como partes integrantes, por sua vez, do mercado nacional”. Isso implica que as características produtivas dos capitais singulares dos países que se inserem no mercado mundial tenham um papel importante.

Aqui reside a importância da categoria composição orgânica do capital tal qual foi exposta na seção anterior. Como o modo de produção capitalista tem como tendência básica o aumento contínuo da produtividade do trabalho, essa categoria informa como compreender o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho no capitalismo. Mais do que isso, tal categoria permite também compreender a desigualdade do desenvolvimento através da transferência de mais-valor em diferentes ramos produtivos por intermédio da concorrência capitalista.

A concorrência, diz Marx, faz parte da dinâmica de funcionamento do capital, é interação mútua de distintos capitais uns sobre os outros, é “essa locomotiva fundamental da economia burguesa” (MARX, 2011, p. 737). Em suas palavras:

Conceitualmente, a *concorrência* nada mais é do que a *natureza interna do capital*, sua determinação essencial, que se manifesta e se realiza como ação recíproca dos vários capitais uns sobre os outros, a tendência interna como necessidade externa. (O capital existe e só pode existir como muitos capitais e, conseqüentemente, a sua autodeterminação aparece como ação recíproca desses capitais uns sobre os outros.) (Ibidem, p. 548, grifos no original).

(...) O que reside na natureza do capital só é realmente posto para fora dele, como necessidade exterior, pela concorrência, que nada mais significa que os muitos capitais impõem uns aos outros e a si próprios as determinações imanentes do capital (Ibidem, p. 874, grifo no original)

Um dos pontos para compreender a desigualdade do desenvolvimento capitalista através da concorrência dos capitais é a tendência à formação de uma taxa geral, média, de lucro. Como aponta Marx no livro terceiro de *O Capital*, a diferença dos distintos ramos industriais, suas diferenças de composição orgânica e seus períodos de rotação, produzem taxas de lucros desiguais.

Em conseqüência das diversas composições orgânicas dos capitais que são alocados em distintos ramos produtivos, “capitais de igual grandeza põem

em movimento quantidades muito diferentes de trabalho, quantidades também muito diferentes de mais-trabalho são apropriadas por eles” (MARX, 1986, p. 117). Disso decorre que as taxas de lucro que emergem em ramos de produção distintos se apresentam muito diferentes. Contudo, essas taxas são igualadas perante a concorrência. Como aponta Marx:

Essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro. O lucro que, de acordo com essa taxa geral de lucro, cabe a um capital de grandeza dada, qualquer que seja sua composição orgânica, chama-se lucro médio (Ibidem, p. 123).

Mais do que isso, para Marx, não é possível, “abstraindo diferenças não essenciais, fortuitas e que se compensam, a diversidade das taxas médias de lucro nos diferentes ramos industriais não existe nem poderia existir, sem abolir todo o sistema de produção capitalista” (Ibidem, p. 118). Os capitalistas, nos que diz respeito ao lucro, se apresentam “como meros acionistas de uma sociedade anônima, em que as participações no lucro se distribuem”. De outro modo, se diferenciam “apenas pela grandeza do capital que cada um investiu no empreendimento global, ou sua participação proporcional no empreendimento global” (Ibidem, p. 124). Ou seja, o papel de equalizar as taxas de lucros dos diferentes ramos produtivos “pela concorrência”, desemboca “numa taxa geral de lucro” (Ibidem, p. 123), média do seu conjunto.

A tendência de migração dos capitais para setores com taxa de lucro relativamente maior indica como ocorre o processo de produção de mais-valor e sua apropriação para cada capital individual. Isto é, “[o] capital (...) retira-se de uma esfera com baixa taxa de lucro e se lança em outra, que proporciona lucro mais elevado”. Diante desse processo contínuo de “emigração e imigração, numa palavra, mediante sua distribuição entre as diversas esferas” produtivas (Ibidem, p. 150), acontece que “o lucro médio nas diversas esferas da produção se torna o mesmo” (Ibidem, p. 150). Sinteticamente, “isso ocorre mediante a transferência contínua de capital de uma esfera para outra, em que momentaneamente o lucro está acima da média” (Ibidem, p. 159).

Como Marx argumenta, um capital singular pode tanto tomar posse de um mais-valor inferior a ele originado, como também pode apropriar-se de um mais-valor superior. Isso ocorre porque os capitais apropriam-se do mais-valor

produzido em decorrência de sua magnitude e não pela geração própria do mais-valor. Mais do que isso, além da transferência intercapitalista, esse fenômeno ocorre entre as nações. De acordo com Marx nos *Grundrisse*:

Tendo em vista que o lucro pode ser *inferior* ao mais-valor, ou seja, que o capital [pode] trocar-se lucrativamente sem se valorizar no sentido estrito, segue-se que não só os capitalistas individuais, mas também as nações podem trocar continuamente entre si, e repetir continuamente a troca em escala sempre crescente, sem que por isso precisem ganhar de modo uniforme. Uma pode apropriar-se continuamente de uma parte do trabalho excedente da outra (...) (MARX, 2011, p. 1207, grifos no original, adendo da edição).

“Como o desenvolvimento da força produtiva de trabalho é muito desigual em diferentes ramos da indústria” (MARX, 1986, p. 195) e nas diferentes nações, na relação internacional entre os capitais dos países no mercado mundial, aqueles que possuem força produtiva do trabalho mais desenvolvida, ou seja, com composição orgânica maior, possuem maior vantagem na apropriação do mais-valor global porque, segundo Dussel (1988, pp. 329-330), “produce mercancías con menor valor y por ello obtiene plusvalor de la que tiene más valor que el precio de producción”.

Segundo Marx (1986, p. 127), “[p]or isso chamamos os capitais que contêm percentualmente mais capital constante e, portanto, menos capital variável do que o capital social médio de capitais de composição superior”. Em contraste, os capitais que possui parte constante inferior e parte variável maior “chamamos de capitais de composição inferior” (Ibidem, p. 127).

No âmbito da concorrência, portanto, “o capitalista pode vender a mercadoria com lucro, embora a venda abaixo de seu valor”. Conquanto seu “preço de venda estiver acima de seu preço de custo, ainda que abaixo de seu valor, sempre é realizada parte da mais-valia nela contida”. Com isso se explica o fenômeno da concorrência. “A lei básica da concorrência capitalista (...), fundamenta-se, (...) nessa diferença entre valor e preço de custo da mercadoria e na possibilidade, dela resultante, de vender com lucro a mercadoria abaixo de seu valor” (MARX, 1986, p. 30).

Para Marx, os capitais que são investidos internacionalmente podem proporcionar maiores taxas de lucro devido ao fato de que a concorrência entre mercadorias que são produzidas em países com “menores facilidades de

produção” possibilita a venda de suas mercadorias “acima de seu valor” e mais barato do que nos países concorrentes (Ibidem, p. 181). Conforme Marx, essa “mesma relação pode ocorrer no caso do país para onde são enviadas mercadorias e do qual são adquiridas mercadorias”. Isto é, o país pode dar “mais trabalho objetivado *in natura* do que recebe e que, não obstante, obtenha assim a mercadoria a preço mais baixo do que ele mesmo poderia produzir” (Ibidem, p. 181).

No período de análise de Marx ainda não haviam se constituído os países propriamente capitalistas intitulados “periféricos”, dessa forma, o autor alemão argumenta que os capitais investidos nas colônias proporcionam taxas de lucros maiores, pois nesses locais “é mais alta a exploração do trabalho graças ao emprego de escravos” (Ibidem, p. 181). Em se tratando de uma análise mais recente, esses fatores poderiam ser considerados através da concepção entre “centro” e “periferia” do modo de produção capitalista. Em que pese, o fator decisivo é a transferência de mais-valor.

Nas palavras de Marx:

O país favorecido recebe mais trabalho de volta em troca de menos trabalho, embora essa diferença, esse a-mais, assim como no intercâmbio entre trabalho e capital de modo geral, seja embolsado por certa classe. A medida, portanto, que a taxa de lucro é mais elevada porque ela é de modo geral mais elevada no país colonial, no caso de condições naturais favoráveis do mesmo, isso pode ocorrer juntamente com preços mais baixos das mercadorias (Ibidem, p. 181).

Para Dussel (1988), sinteticamente, a relação desigual dos capitais dos países no mercado mundial se apresenta da seguinte forma: capitais, com nível de desenvolvimento mais elevado, isto é, com composição orgânica maiores, intercambiam mercadorias com menor valor; com isso, a mercadoria com menor valor realiza um preço maior do que seu próprio valor, apropriando-se do mais-valor da mercadoria com valor maior<sup>29</sup>.

Portanto, segundo Dussel (1988, p. 348, grifos no original):

---

<sup>29</sup> Dussel (1988) propõe a categoria “capital global nacional” (síntese dos capitais nacionais) para compreender a transferência de mais-valor no âmbito das relações no mercado mundial. Embora seja necessário de um tratamento adequado para apontar equívocos e acertos no que concerne a essa categoria, optou-se por considerar a categoria central para compreender as relações capitalistas em Marx, ou seja, o capital.

Cuando se intercambian internacionalmente mercancías; produtos de capitales globales nacionales de diverso desarrollo (es decir de diferente composición orgánica y de diversos salarios médios nacionales), la mercancía, del capital más desarrollado tendrá menor *valor*. La competencia nivela sin embargo el *precio* de ambas mercancías, en un precio medio único (precio de producción) que se logra sumando los costos de producción a la ganancia media mundial. De esta manera, la mercancía con menor valor (del capital nacional más desarrollado) obtiene un precio mayor a su valor, que realiza extrayendo plusvalor a la mercancía de mayor valor. Por ello, la mercancía del capital de menor desarrollo, aunque pueda realizar ganancia (...), *transfiere plusvalor*, porque el precio medio es menor que el valor de la misma mercancía.

Nessa perspectiva, Marini (2008) tem uma importante contribuição a respeito da desigualdade do desenvolvimento capitalista<sup>30</sup>. A transferência de mais-valor para as nações com mais desenvolvidos acarreta em perdas para as nações em contraste. Dessa forma, analisando os países da América Latina, Marini (2008) argumenta que há mecanismos que buscam compensar os capitais desses países. O autor propõe, então, que a condição necessária para isso é a exploração da força de trabalho em maior patamar. Uma superexploração da força de trabalho impera nessas economias<sup>31</sup>.

Em contraposição ao aumento da exploração através do aumento da produtividade, o aumento da exploração ocorre através do aumento da exploração no sentido físico do trabalhador. Isto é, a superexploração da força de trabalho, a elevação do grau de exploração da força de trabalho, ocorre “mediante a redução dos salários para patamar inferior ao valor da força de trabalho”<sup>32</sup> (CARCANHOLO, 2013, p. 77). Tal característica permite uma perpetuação das condições de dependência do país periférico.

<sup>30</sup> Segundo Dussel (1988), Marini é um dos autores que mais se aproxima de Marx ao elaborar uma perspectiva marxista da dependência.

<sup>31</sup> Dussel (1988, pp. 326-327), contudo, argumenta que, mesmo que a categoria da superexploração da força de trabalho seja adequada, a forma como Marini a concebe confunde a essência e o fenômeno da relação de dominação internacional. Para Marini (2008, p. 132), a superexploração da força de trabalho é a essência da dependência e não seu resultado, o trabalhador latino-americano superexplorado é a “esencia de la dependência”. Dussel expõe que Marini corretamente utilizou as categorias fundamentais para compreender essa relação, a saber, “composición orgánica de los capitales, diferencias de los valores y precios de producción y de mercado”, porém, equivoca-se quando atribui o mecanismo de compensação (superexploração da força de trabalho) a essência da relação de dependência. Para uma exposição crítica mais detalhada das diversas posições que compreendem a teoria da dependência, ver capítulo 15 de Dussel (1988).

<sup>32</sup> De acordo com Luce (2013, p. 146), “[a] superexploração se pode dar mediante quatro formas ou modalidades: i) a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; ii) o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do

A questão que se coloca é a seguinte: a transferência de mais-valor para o capital mais desenvolvido “es la esencia o fundamento de la dependencia (diría Marx)”. Em consequência, é necessário “compensar dicha perdida extrayendo más plusvalor al trabajo vivo periférico” (DUSSEL, 1988, p. 327).

O capital no país dependente necessita decrescer o salário para abaixo do valor que é necessário para reproduzir a força de trabalho, “con todas las consecuencias conocidas” (Ibidem, p. 327). Por outro lado, necessita aumentar a intensidade do trabalho diminuindo “el tiempo necesario para reproducir el valor del salario” (Ibidem, p. 327). A transferência de mais-valor para o país com capital mais desenvolvido é a essência da relação de dominação internacional tendo como consequência a superexploração da força de trabalho (Ibidem, p. 327).

Conforme Dussel (1988, p. 329), a relação entre os capitais dos países capitalistas é de “extracción de plusvalor por parte del capital más fuerte, y de transferencia por parte del capital más débil”. É dizer, de acordo com a magnitude do capital, seu tamanho, e sua composição orgânica tem um papel fundamental. Sem embargo, essa relação articulada dos capitais dos países no mercado mundial não pode ser caracterizada como exploração de um país sobre outro. Essa relação é de dependência, de dominação internacional. Como coloca Dussel:

(...) pero ello no se opone, sino que se articula perfectamente, a la *explotación* de una clase sobre otra, del capital sobre el trabajo. En este segundo caso no hay transferencia de plusvalor, sino apropiación de plusvalor propiamente dicho. Pero el plusvalor apropiado por el capital en la relación vertical capital-trabajo (explotación) es la fuente de la transferencia de un capital débil hacia el más fuerte en el nivel horizontal (competencia, dependencia) (Ibidem, p. 329, grifos no original).

Essa relação social de caráter internacional de uma burguesia que possui um capital mais desenvolvido em comparação com a burguesia que tem um capital menos desenvolvido não pode ser caracterizada como uma relação

---

trabalhador; *iii*) o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e *iv*) o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração”.

de exploração, mas sim uma relação de dominação internacional<sup>33</sup>, “es la relación en la que por la competencia se *transfiere* plusvalor (pero *no se lo crea*)” (Ibidem, p. 342, grifos no original).

Isto é, “produce uma transferencia de plusvalor del más débil hacia el más fuerte” (Ibidem, p. 342). Portanto, a relação de dominação internacional “simplemente sitúa al capital (...) menos desarrollado (o a la nación o país sujeto de ese capital) en el mercado mundial” (Ibidem, p. 356).

Coloca-se, dessa forma, a relação de desigualdade do desenvolvimento econômico capitalista em sua forma geral. No próprio pensamento de Marx já se anuncia o problema da dominação internacional. Mesmo não podendo tratar dessa questão de forma mais concreta, seu legado teórico permite sua visualização. Assim também se coloca o problema do desenvolvimento desigual, formulado por Marx na *introdução de 1857*, relação desigual que acompanha todos os níveis do ser social, dos complexos da vida social ao desenvolvimento econômico geral.

---

<sup>33</sup> Como argumenta Carcanholo (2013a, p. 194): “É preciso, no entanto, fazer uma ressalva. (...) pode entender-se – o que não é incomum – a relação de dependência como a ‘exploração’ de determinado país por outro. Essa visão moralista, tipicamente weberiana, deveria ser completamente estranha à teoria marxista da dependência, ainda que algumas passagens não deixem isso claro. Como já notou Marx: “é, em primeiro lugar, uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (1983, v. 5, p. 293). Isso significa que a categoria central de análise é o capital, e não a ‘nação’, de forma que a situação de dependência é fruto de um desenvolvimento desigual (...) das leis de funcionamento do capital, em distintas partes do mundo”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem diferentes posições acerca do pensamento de Marx e o conceito de desenvolvimento. A primeira interpretação que foi exposta compreende que o desenvolvimento diz respeito à passagem inexorável da humanidade por sucessivos modos de produção em uma espécie de unilinearidade da história. Nessa atribuição, portanto, inevitavelmente o progresso levaria a um fim de antemão previsto, o socialismo.

Em um nível de abstração mais elevado, o desenvolvimento do modo de produção capitalista corresponderia a sua inevitável expansão mundo afora, levando ao surgimento do capitalismo industrial a todas as nações. Ou seja, desenvolvimento capitalista é expansão de suas relações sociais, contudo, de maneira homogênea.

Viu-se que um exame à obra de Marx não fornece subsídio a essa interpretação. A possibilidade de uma “via russa” de desenvolvimento não capitalista rumo ao socialismo, imputa a essa visão limites que colocam em xeque a possibilidade unilinearidade do desenvolvimento social. Juntamente a isso, a possível emergência de uma economia não industrial e dependente, como o caso indiano e irlandês, com a invasão colonial britânica não fornecem a possibilidade do nivelamento do desenvolvimento capitalista, mas sim se apresenta o caráter desigual como o desenvolvimento econômico geral se apresenta.

O possível surgimento de economias capitalistas do tipo não industriais com o colonialismo pode ser tratado aqui como um exemplo do problema do desenvolvimento desigual, com que Marx já se confrontava antes mesmo de expô-la na *Introdução de 1857*.

Elencou-se que diferentes autores compreendem que Marx, em sua juventude, tinha como concepção teórica histórico-filosófica, unilinear do desenvolvimento, e que em algum momento de sua trajetória intelectual haveria rompido com tal visão de mundo, manifestando uma posição “multilinear” do desenvolvimento. Os autores dessa interpretação alegam que o contato de Marx, em diferentes momentos, com a situação irlandesa a partir de 1867, ou com o contato com os intelectuais russos ao final da década de 1870,

ou, até mesmo, nos anos 1850, forneceria as bases para a mudança no pensamento do autor alemão.

Contudo, como indicado, a teoria da história com contestação de uma visão linear e teleológica, já estava em evolução nos escritos de Marx dos anos 1840, mais precisamente em *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*. Nesses manuscritos, já se manifestam a contrariedade com qualquer tentativa de uma concepção de mundo idealista. Em polêmica com os jovens hegelianos e com Proudhon, Marx expressa sua visão materialista para a análise da realidade e a rejeição de pressupostos supra-históricos.

No mesmo sentido, argumentou-se que as polêmicas dos escritos sobre o colonialismo na Índia devem ser entendidas como parte da totalidade da obra de Marx. Contudo, devem ser analisados com convicção de que se trata de análises conjunturais e especulativas das possíveis consequências da invasão britânica no país da Ásia Meridional. As consequências disso foram reavaliadas por Marx de maneira *post festum* e não podem ser traduzidos como pressupostos teóricos como encontrados em *A ideologia alemã* e *Miséria da filosofia*.

Constatou-se também que Marx não concebe a ideia de progresso da forma abstrata mais usual. Quando Marx argumenta sobre o caráter progressista do modo de produção capitalista está justamente indicado que a abundância material, conseqüente da revolução burguesa, coloca o comunismo como possibilidade histórica efetiva, e não uma simples ideia abstrata de progresso inexoravelmente posta.

Pôde-se constatar que as diversas interpretações do pensamento de Marx e seu entendimento sobre o desenvolvimento não fornecem uma conceituação adequada do termo, apenas posições a respeito da teoria social de Marx.

Demonstrou-se que ao superar as concepções do ser social burguesas para realizar a crítica economia política, Marx lança as bases de uma ontologia do ser social radicalmente nova, compreendendo as estruturas da realidade social. Nessa nova ontologia materialista, ao transformar a natureza para tirar os meios de sobrevivência, o ser social modifica sua própria natureza. É dizer, não há uma natureza humana fixa e a-histórica como compreende a ontologia

burguesa. No mesmo sentido, pôde-se visualizar que o ser social possui uma historicidade, isto é, é parte movida e movente da história.

Ao transformar a natureza o 'homem' cria novas necessidades e possibilidades que remetem para além de si mesmo. Ou seja, o intercâmbio orgânico com a natureza, através do trabalho, possibilita um recuo contínuo dos limites naturais, do "reino da necessidade" (MARX, 1986, p. 273), mesmo sem jamais aboli-lo, caracterizando o desenvolvimento social.

Percebeu-se, portanto, que desenvolvimento, no nível de abstração mais elevado, refere-se ao aumento no grau de complexidade como princípio norteador na dinâmica do ser social. Essa constatação fica explicitada no movimento em direção a formas de sociabilidade puras. Isto é, o ser social tem um desenvolvimento tal que as categorias naturais, biológicas, recuam cada vez mais, dando lugar a categorias puramente sociais. É importante lembrar que a ligação entre o ser social e sua base biológica é insuperável. O que ocorre é justamente a perda do predomínio dessas categorias na vida social.

Elencou-se também que o desenvolvimento/complexidade do ser social é acompanhado por duas tendências complementares. Em primeiro lugar, a contínua tendência ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. De forma simples, o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dos meios de subsistência para reprodução biológica dos seres humanos é reduzido. Em segundo lugar, o aumento da consciência na explicitação de um gênero humano uno. É dizer, as ligações quantitativas e qualitativas, possibilitada pelo desenvolvimento social, ente a comunidade humana global. Em termos quantitativos, com o surgimento do mercado mundial, com a emergência do capitalismo, forneceu pela primeira vez a possibilidade da ligação das comunidades humanas em escala global.

Com a compreensão que a realidade social é formada de complexos que interagem de modo complexo, percebe-se que todo desenvolvimento se apresenta de forma desigual. Perceptível também que essa desigualdade do desenvolvimento se apresenta também no âmbito econômico em geral.

Especificamente no modo de produção capitalista, demonstrou-se, teoricamente, que, partindo dos caminhos traçados por Marx, a dinâmica do capital tem como consequência a valorização indefinida do valor. Isso acarreta que as leis gerais que regem essa sociedade tenham como base uma

incontrolável relação social para os seres humanos. Isto é, a humanidade pode destruir o capital, mas jamais controlá-lo.

Em contrariedade com o pensamento econômico tradicional, o desenvolvimento dessa formação social diz respeito à operação de suas leis gerais de movimento e não a transição para uma situação material superior. Observou-se que as leis gerais que regem essa sociedade se manifestam de forma desigual.

Partindo dos *Grundrisse*, *O Capital* e as leituras de Dussel e Marini, percebeu-se que a tendência à concentração de capitais e aumento de sua composição são essenciais para compreender o desenvolvimento econômico desigual capitalista. A migração dos capitais com maior magnitude apoderando-se do mais-valor dos capitais menos desenvolvidos também ocorre no âmbito da concorrência entre os países. O capital mais desenvolvido, isto é, com composição orgânica mais elevada, se apropria do mais-valor do capital menos desenvolvido. Mesmo que a obra de Marx seja inacabada e inacabável, centrando suas análises a Europa Ocidental, fornece as categorias essenciais para compreender o desenvolvimento econômico desigual. É justamente a contribuição de Marini a partir de Marx ao analisar os países latino-americanos.

Mesmo tendo sido tratadas as categorias e concepções teóricas de *O Capital* de maneira limitada, o presente trabalho fornece subsídio para um desenvolvimento mais adequado do tema para trabalhos futuros.

Não obstante, dessa relação podem-se tirar consequências de dois tipos. Em primeiro lugar, a transferência de mais-valor entre as nações se apresenta como uma relação de dominação no âmbito internacional. Concepções apologéticas que concebe o desenvolvimento capitalista como uma situação material “melhor” que pode ser percorrida por qualquer nação, bastam aplicar políticas “corretas”, encontram seus limites nessa relação propriamente dita. Em segundo lugar, há nessas economias com capitais menos desenvolvidos, que se insere no mercado mundial de forma subalterna, a tendência a superexploração da força de trabalho como consequência dessa relação de dominação internacional.

Disso podem-se tirar considerações importantes para os caminhos a serem seguidos pelos países periféricos. Diferentemente dos capitais dos

países de desenvolvimento capitalista clássico, os capitais dos países que se inserem subalternamente no mercado mundial perpetuam a condição de dominação. E, também, diferentemente das teorias que comungam com a ideia de que é possível qualquer país traçar o caminho das nações de desenvolvimento capitalista clássico, a compreensão do fenômeno da dominação internacional possibilita visualizar um horizonte para além da noção de condição de dominação, mas sim de determinação das relações desiguais capitalistas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. **Textos & Contextos**, v. 12, n. 2, p. 235 - 248, jul./dez. 2013.

ANDERSON, K. B. **Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies**. Chicago: University Of Chicago Press, 2010.

AUGUSTO, A. G. Ontologia e crítica: o método em Marx. **Econômica**, Niterói, v. 1, n.2, p. 131-142, 1999.

\_\_\_\_\_. O materialismo de Lukács e a crítica ao determinismo. In: **IV COLOQUIO INTERNACIONAL “TEORÍA CRÍTICA Y MARXISMO OCCIDENTAL” EL PENSAMIENTO TARDÍO DE GYÖRGY LUKÁCS**. p. 1-26, 2010.

AUGUSTO, A.G.; CARCANHOLO, M. Ainda sobre a teoria da história em Marx. **Lutas Sociais**, São Paulo, vol.18 n.33, p.09-22, jul./dez. 2014.

BONENTE, B. Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.3, ago/dez 2014.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese de doutorado. UFF, Rio de Janeiro, 2011.

BUNGE, M. **Evaluating Philosophies**. Boston Studies in the Philosophy of Science: Springer, 2012.

BHASKAR, R. **The possibility of naturalism**. Brighton: Harvest, 1979.

BIANCHI, A. O marxismo fora do lugar. **Política & Sociedade**. Volume 9. Nº 16 – abril de 2010.

BREWER, A. **Marxist Theories of Imperialism: A critical survey**. 2nd. Edition. London: Routledge. 1990.

CARCANHOLO, M. D. (Im)Precisões Sobre A Categoria Superexploração Da Força De Trabalho. In: FILHO, N. A. (Org.). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**, pp. 71-99, Brasília: Ipea, 2013.

\_\_\_\_\_. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 11, n. 1, pp. 191-205, Rio de Janeiro, Jan/Abr. 2013a.

CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_. Marx - a determinação ontonegativa da Politicidade. **Verinotio revista on-line** – n. 15, Ano VIII, agosto, 2012.

DE PAULA, P. G. **Dois teses sobre Marx e o desenvolvimento:** considerações sobre a noção de desenvolvimento em marx. Dissertação de mestrado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2014.

DUSSEL, E. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana.** México: Itzamal. Siglo veintiuno editores. 1990.

\_\_\_\_\_. **Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63.** Siglo XXI, Iztamal, 1988.

ENGELS, F. Carta a Joseph Bloch. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas tomo III.** pp. 455-456. Lisboa: Editorial "Avante!", 1982.

HEINRICH, M. **An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx's Capital.** New York: Monthly Review Press, 2012.

KIERNAN, V.G. **Marxism and Imperialism.** Londres: Edward Arnold Publishers. 1974.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 7ª Ed. 2002.

KOHAN, N. **Marx em su (tercer) mundo:** hacia un socialismo no colonizado. Habana: Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello, 2003.

LARRAIN, J. Classical Political Economists and Marx on Colonialism and "Backward" Nations. **World Development**, Vol. 19, No. 2/3, pp. 225-243, 1991.

LENIN, V. I. **Cadernos sobre a dialética de Hegel.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács.** São Paulo: Instituto Lukács, 4ª edição, 2015.

\_\_\_\_\_. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social.** São Paulo: Instituto Lukács, 3ª Edição, 2012.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, n. 1, 1998.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: FILHO, N. A. (org). **Desenvolvimento e dependência:** cátedra Ruy Mauro Marini, pp. 145-165, Brasília: Ipea, 2013.

LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx.** São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (Org.). **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

\_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2012.

\_\_\_\_\_. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: LUKÁCS, G. **Arte e Sociedade: Escritos Estéticos 1932-1967**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MANDLE, J. R. Marxist analyses of capitalist development in the Third World. **Theory and Society**, 9 (6), pp. 865-876. 1980.

MARINI, R. Dialéctica de la dependencia. In: MARINI, R. **América Latina, dependencia y globalización: Fundamentos conceptuales**. Siglo del Hombre, Bogotá, 2008.

MARX, K. **O capital: Crítica da economia política – Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital: Crítica da economia política – Livro III Tomo I**. São Paulo: Nova Cultura, 2ª edição, 1986.

\_\_\_\_\_. Prefácio da Primeira Edição. In: MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**, 2013.

\_\_\_\_\_. **Miséria da filosofia: Resposta à Filosofia da miséria**, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_. Carta de Marx a P.V. Annenkov. In: MARX, K. **Miséria da filosofia: Resposta à Filosofia da miséria**, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. A Companhia das Índias Orientais: Sua história e as consequências de sua atividade. **New York Daily Tribune**. 1853. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/06/24.htm> Acesso: 25/04/2017.

\_\_\_\_\_. A Dominação Britânica na Índia. **New York Daily Tribune**. 1853a. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/marx/1853/06/10.htm> Acesso: 25/04/2017

\_\_\_\_\_. Os Resultados Eventuais da Dominação Britânica na Índia. **New York Daily Tribune**. 1853b. Disponível em: <http://www.marxistsfr.org/portugues/marx/1853/07/22.htm> Acesso: 25/04/2017

\_\_\_\_\_. Marx to Nikolai Danielson In St. Petersburg. **Marx and Engels Correspondence**. 1881. Disponível em: [https://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/letters/81\\_02\\_19.htm](https://www.marxists.org/archive/marx/works/1881/letters/81_02_19.htm)  
Acessado: 20/08/2017

\_\_\_\_\_. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural 1982.

\_\_\_\_\_. **Grundrisse – Manuscritos Econômicos de 1857- 1858**: esboços para a crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

\_\_\_\_\_. Karl Marx: The reply to Zasulich. In: SHANIN, T. **Late Marx and the Russian Road**. New York: Monthly Review Press, 1983.

\_\_\_\_\_. Karl Marx: A letter to the Editorial Board of Otechestvennye Zapiski. In: SHANIN, T. **Late Marx and the Russian Road**. New York: Monthly Review Press, 1983a.

\_\_\_\_\_. Carta a Ludwig Kugelmann. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas tomo II**, pp. 455-456. Lisboa: Editorial "Avante!", 1982.

\_\_\_\_\_. **Teses sobre Feuerbach**. Edição eletrônica. Ed. Ridendo Castigat. 1999.

\_\_\_\_\_. **A sagrada família ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores**. São Paulo: Moraes, 1987.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. Preface to the second Russian edition of the Manifesto of the Communist Party. In: SHANIN, T. **Late Marx and the Russian Road**. New York: Monthly Review Press, 1983.

MEDEIROS, J. L. **A Economia diante do horror econômico**: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica. Editora da UFF, Niterói, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MIRANDA, F. **Mercado mundial e desenvolvimento desigual**: uma contribuição teórica a partir de Marx. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2016.

\_\_\_\_\_. Teoria do valor e mercado mundial em Marx - Desenvolvimento desigual e dominação internacional. **Revista da sociedade brasileira de economia política**. Mai/ago, 2017.

MOHRI, K. Marx and "Underdevelopment". **Monthly Review**, Volume 30, Number 11, April 1979.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. Expressão Popular: São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social e Sociedade**, S. Paulo/SP, v. 44, abril/94, p. 26-42, 1994.

PRADO, E. Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica? **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 37, pp. 119-142, São Paulo, 2014.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment. **World Development**, 6, pp. 881-894, 1978.

SHANIN, T. **Late Marx and the Russian Road**. New York: Monthly Review Press, 1983.

SCARON, P. A modo de introducción. In: MARX, K; ENGES, F. **Materiales para la historia de America Latina**, Cuadernos de Passado y Presente, p. 5-19. 1980.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

VEBLEN, T. **The place of science in modern civilisation and other essays**. New York: Viking, 1952.

VUJACIC, I. Marx and Engels on development and underdevelopment: the restoration of a certain coherence. **History of Political Economy**, vol.20, no.3. 1988.

ZASSULICH, V. Letter from Vera Zaslulich to Marx. In: SHANIN, T. **Late Marx and the Russian Road**. New York: Monthly Review Press, 1983.